

ULYSSES

Ano I - Número 04 - Novembro/Febrero, 2008/09

FUNDAÇÃO
ULYSSES
GUIMARÃES
NACIONAL

A photograph showing a large crowd of people gathered under a brick archway. They are holding a white banner. In the background, a modern building and a flag are visible.

Democracia Participativa

O povo presente
na gestão pública

Constituição abriu as portas para interferência popular



E
X
P
E
D
I
E
N
T
E

CONSELHO CURADOR DA FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES

Presidente: Michel Temer.

Membros: Eliseu Padilha, Ronan Tito, Evandro Mesquita, Elcione Barbalho, Carlos Eduardo Fioravanti Costa, Edson Ezequiel, Dorany Sampaio, Afrísio Vieira Lima Filho, Moisés Avelino e Regina Perondi.

Suplentes: Rose de Freitas, Mendes Ribeiro Filho, Waldemir Moka e Henrique Pires.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA DA FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES

Diretor-Presidente: Eliseu Padilha.

Diretor Vice-Presidente: Edinho Bez.

Diretor-Secretário: Afrísio Vieira Lima Filho.

Diretor-Tesoureiro: Asdrubal Bentes.

Secretário-Executivo: João Henrique de Almeida Sousa.

Diretores: Gastão Vieira, Marinha Raupp, Moisés Avelino, Romero Jucá, Waldemir Moka.

Suplentes: Edson Ezequiel, Fernando Diniz, Mauro Benevides.

Secretário-Executivo Adjunto: Francisco de Assis Mesquita.

CONSELHO EDITORIAL

Eliseu Padilha, Michel Temer, Gastão Vieira, João Henrique de Almeida Sousa, Itamar de Oliveira, Waldemir Moka e Carlos Eduardo Fioravanti da Costa.

JORNALISTAS RESPONSÁVEIS

Márcio de Freitas (reg. prof. 5342-MG) e Thatiana Souza (reg. prof. 3487-DF).

A revista *Ulysses* é uma publicação quadrimestral da Fundação Ulysses Guimarães.

A *Ulysses* não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados.

Câmara dos Deputados, Anexo I, 26º andar, Brasília/DF, Cep: 70160-900

Telefone: (61) 3216-9758 / 9759 – Fax: (61) 3325-5510

E-mail: revistaulysses@fugpmdb.org.br

Produção: ObritoNews – email: obritonews@uol.com.br.

Impressão: Gráfica Mendes – e-mail: graficamendes@gmail.com

Tiragem: 50 mil exemplares. Distribuição dirigida.

Índice

EDITORIAL, 4

OPINIÃO, 5

Michel Temer, presidente do PMDB

PENSATA, 6

Mauro Benevides, deputado federal

CAPA, 8

A democracia participativa

ENTREVISTA, 12

Paulo Nascimento,
Representação x Participação

ARTIGO, 20

Mendes Ribeiro Filho,
presidente da Comissão de Orçamento

ENTREVISTA, 22

Luciano Dias,
A sociedade brasileira vai demorar a falar

EM MOVIMENTO, 29

ESPAÇO ABERTO, 32

Clóvis André Silva,
presidente do Movimento Negro PMDB (RS)

VISÃO GLOBAL, 34

Eduardo Braga, governador do Amazonas

HISTÓRIA, 36

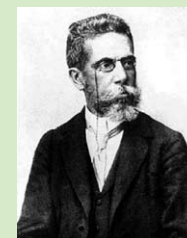
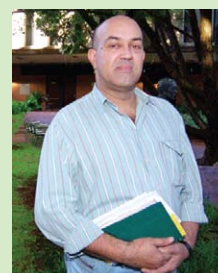
NOTÍCIAS DE BRASÍLIA, 38

PELO BRASIL, 40

Belo e rico. Este é o Rio Grande do Norte

LITERATURA, 46

PALAVRA DO LEITOR, 50



Caro Leitor,

Já transcorreram vinte anos de vigência da Constituição Cidadã, o que equivale a dizer que já existe, em vigor, entre nós, em igual tempo, a Democracia Participativa e o Controle Social.

Com as opiniões e informações que condensamos nesta edição de nossa revista, com a colaboração de qualificados autores, pretendemos conscientizar à nossa população quanto ao estágio em que nos encontramos e, também, de que sem o debate destes temas, muito deixaremos de nos desenvolver.

O cidadão brasileiro diz valorizar a vida da coletividade, que lhe propicia os meios de realização pessoal, afetiva, religiosa e patrimonial. No entanto, normalmente, só considera a vida em sociedade para a satisfação de suas demandas individuais. Pouco, muito pouco, é o trabalho voluntário do cidadão, no interesse coletivo.

O Estado, ente imaterial e independente, assim é visto pelos cidadãos: um ente autônomo, independente, sem dono e de capacidade inesgotável. Cada um sente-se no direito de exigir dele o que, na sua concepção, integre a constelação de seus “direitos”. Poucos, quase ninguém, conferem ao Estado sua real qualificação de ente que traduz a soma da civilidade de seus cidadãos. O Estado resulta “do” e pertence “ao” cidadão.

Portanto cada indivíduo, para verdadeiramente exercer sua cidadania, deveria agir como mantenedor e gestor da organização estatal, no que estivesse ao seu alcance.

O constituinte de 88, buscando estimular a efetiva participação do cidadão na gestão e no controle do poder político, introduziu na nova Carta Magna a descentralização político-administrativa – a municipalização – e o Controle Social – por muitos denominado de Democracia Participativa. Não há dúvida de que os recursos públicos ganham muito em produtividade e de que os mecanismos de desvio ou má-versação das verbas públicas são reduzidos a níveis muito baixos, quando o cidadão participa, diretamente, na definição de sua destinação e na fiscalização de sua aplicação. Esta foi a “*menus lege*” que orientou o constituinte ao levar tais primados à Carta Máxima.

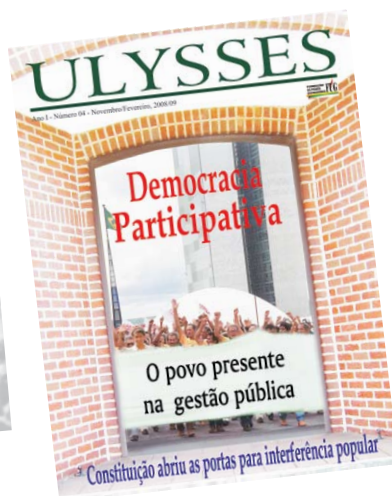
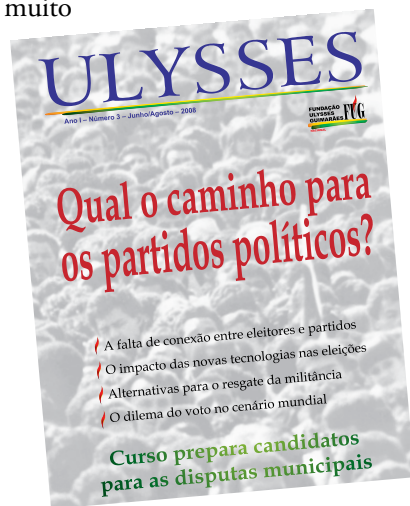
Os conselhos, os planos e os fundos, municipais, estaduais e nacionais, nas várias áreas de políticas públicas, nasceram para dar conseqüência à nossa constituição e aos avanços que ela buscou instituir.

Tendo vivido a experiência do exercício do Poder Executivo no Município, no Estado e na União, e tendo sido líder do municipalismo nacional, por vários anos, devo dar aqui o testemunho de que, nos três níveis, os políticos, legítimos mandatários oriundos da Democracia Representativa, ainda não assimilaram a convivência com estes novos e prestigiados atores da cena política municipal, estadual e nacional, que são os representantes da Democracia Participativa, os Conselheiros, no mesmo espaço político institucional que era exclusividade daqueles. Prefeitos, Secretários de Estado, Governadores, Ministros e o próprio Presidente da República, no mais das vezes buscam “aparelhar” os conselhos que, materializando a Democracia Participativa, deveriam a eles fiscalizar.

O desenvolvimento sustentável, a eficácia político-administrativa e a erradicação da corrupção estão e estarão diretamente relacionados ao maior ou menor nível de autonomia e de atuação dos representantes da Democracia Participativa – dos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais –.

Este é um dos mais importantes debates – senão o mais importante – para o momento, ante a realidade da sociedade brasileira. A presença e a iniciativa de nossa Fundação, propondo esta discussão, é uma oportunidade que não pode ser desperdiçada. Participe. Dê sua contribuição em sua comunidade.

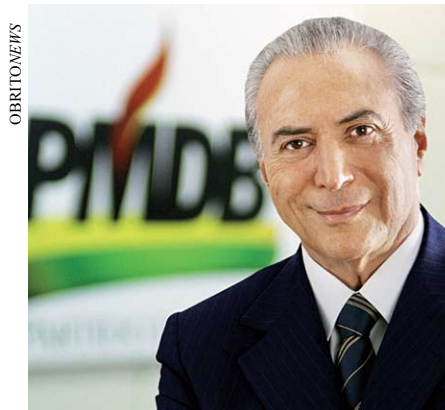
Nosso Brasil poderá dar passos gigantes no rumo de seu verdadeiro e integral desenvolvimento a partir do dia em que cada brasileiro – cada cidadão – tiver a consciência e a prática das correspondentes ações como titular dos direitos de fonte e destino de todo o poder político.



A democracia participativa no Brasil

Michel Temer

Presidente Nacional do PMDB



“**T**odo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. É a regra do artigo 1º da Constituição Federal. Este princípio, tradicional no Estado democrático, é o caminho para o povo participar do “Governo”, que não é apenas o Executivo, mas sim a conjugação da atividade conjunta, independente e harmônica dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Dentre os poderes, o Legislativo tem a função inaugural do sistema. É ele quem deve deflagrar a atividade executiva (daí o Poder Executivo) e a interpretativa de suas disposições (daí o Poder Judiciário). Em países de população na casa de milhões de pessoas, o problema central é diagnosticar corretamente todas demandas da sociedade cada vez mais organizada e segmentada. Alguns grupos chegaram a um grau de representação e especialização que se tornaram, de maneira inequívoca, referências para posicionamentos políticos na arena pública. São eles os sindicatos, as corporações profissionais, os representantes de grandes setores empresariais ou do sistema financeiro. Por seu poder econômico ou quantitativo, obtêm espaço midiático e político com relativa facilidade.

Há, entretanto, diversos segmentos sociais que não alcançam o mesmo grau de representação, seja porque não detém o poder econômico, seja porque não são numerosos. Contudo, possuem legítimos interesses, desconhecidos até surgir o momento oportuno para exercitarem suas prerrogativas. Exemplo claro são as associações de bairros e as minorias étnicas ou comportamentais que não angariam número suficiente para levar suas necessidades à grande

arena política. Grupos fortes econômica ou numericamente fazem acontecer a oportunidade para suas demandas. Os minoritários normalmente são obrigados a aguardar. Essa espera pode significar o não reconhecimento de direitos e garantias democráticas por tempo significativo. Foi esta a razão prática que fez o Legislador Constituinte de 88 abrir a possibilidade do exercício direto do poder, seja pela formulação de projetos de lei de iniciativa popular, ou pela interferência nas administrações, a exemplo dos

“*A lei organiza as relações sociais. Saber o que dizem a Constituição e as leis é saber quais são “as regras do jogo”. E aplicá-las é garantir a estabilidade social.*”

conselhos de saúde, educação, criança e adolescente, sem esquecer o plebiscito e o referendo. Frisemos: o constituinte amalgamou a democracia indireta (ou representativa) com a direta. Tudo para dar ampla participação popular nas questões governamentais.

Relembremos que a igualdade de oportunidades é um dos pilares da democracia. Sem essa igualdade, a balança pende para um lado e torna o sistema injusto. Àqueles que possuem excesso de força, deve-se limitar-lhes o uso desse poder. E àqueles que falta força, é imperativo que lhes seja possibilitado o acesso ao núcleo de decisões das políticas públicas que terão impactos na sociedade. Sem esse requisito, a democracia afasta o povo e torna-se uma caricatura que não permite a substantivação da política.

A lei organiza as relações sociais. Saber o que dizem a Constituição e as leis é saber quais são “as regras do jogo”. E aplicá-las é garantir a estabilidade social. Se alguém contrata, investe, produz, constitui família, emprega-se, saberá quais são as normas regentes de seu ato, que só será permanente se o sistema jurídico for estável e obedecido. Em muitos momentos, identifica-se situação de injustiça dentro do corpo social. E a lei é o caminho para corrigir essa distorção.

A sociedade, pelos mecanismos da Constituição de 88, pode buscar a modificação da lei pelos canais competentes e pode exercitar a cobrança através de sua participação direta. É essa razão que faz do Legislativo o coração da democracia brasileira, nesta mescla que representação e participação direta, que faz pulsar forte o sentimento de uma nação que cresce e está constantemente a se aprimorar.

O rito da carta cidadã e as emendas populares

Mauro Benevides
Deputado Federal PMDB (CE)



DIVULGAÇÃO

Em Encontro Nacional do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), levado a efeito em 1971, foi tornada pública uma Carta de Princípios, consubstanciando, em pleno regime de arbítrio, veemente apelo em prol da convocação de Assembléia Constituinte, a fim de que se reencontrasse o País com o Estado Democrático de Direito.

Seis anos se seguiram, até que, em 1977, ao ser anunciada a idéia da Constituinte, mesmo num ritmo lento e gradual, através de expressivo manifesto, a abertura política encontrou ampla ressonância em todos os segmentos da sociedade civil organizada.

Chegamos, inclusive, a proceder à entrega de expediente ao dirigente máximo do Congresso, senador Petrônio Portela, considerado artífice maior e mais qualificado do situacionismo, disposto a fazer a Nação reingressar na trilha da normalidade institucional. Três anos depois, a 8ª Conferência Geral da Ordem dos Advogados posicionou-se a favor da ANC, instando o governo a proceder à respectiva convocação e restabelecer, sem mais delongas, a contextura jurídica, mutilada pela sucessividade de atos discriminatórios, 'ad-later' dos nossos sentimentos e ideais libertários.

Somente em 1984, a Aliança Democrática, formada por ponderáveis forças partidárias, divulgou a candente proclamação denominada COMPROMISSO COM A NAÇÃO, estipulando, como impostergável, a convocação da almejada Assembléia, reivindicação maior da consciência cívica do País.

Através da Mensagem nº 330, de 28 de junho de 1985, o presidente José Sarney, que se investira na Presidência da

República, após o desaparecimento de Tancredo Neves, propôs a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, havendo a referida postulação sido aprovada pelo Parlamento, originando a Emenda Constitucional nº 26, a 27 de novembro daquele ano, numa deliberação histórica, que sinalizou etapa decisiva no rumo da completa normalização. Simultanea-

mente, o Primeiro Mandatário, hoje senador José Sarney, estruturou Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, objetivando esboçar o anteprojeto da Constituição, dentro de concepções atualizadas que pudessem avigorar os nossos impulsos libertários.

Em 26 de setembro, publicava-se o anteprojeto, que teve em Afonso Arinos o seu incomparável articulador, tomando corpo, então, a arregimentação para que se alcançasse, no menor espaço de tempo, aquele objetivo de inexcedível magnitude.

Em março de 1986, caravana de vários Estados fez entrega de abaixo assinado, com quase 20 mil assinaturas, numa demonstração patente de sentimento generalizado, crescente, a cada instante, em autêntica cruzada que objetivava a concretização do ideal da ANC.

Nas eleições de 15 de novembro de 1986, os candidatos, enfrentando as urnas, já buscavam o chamado PODER



DUIDA BENTES

ORIGINÁRIO, que os habilitaria a desempenhar, concomitantemente, as tarefas árduas e nobres de elaborar o Documento Básico e levar a cabo as atividades ordinárias do legislador, quer seja Senador ou Deputado Federal.

A 1º de fevereiro de 1987, em tarde memorável, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro MOREIRA ALVES, proclamava a instalação da Assembléia Nacional Constituinte, concludando os parlamentares a ultimarem a grandiosa missão, com "as vistas voltadas para os legítimos interesses do País".

Toda essa respectiva cronológica objetiva realçar o esforço despendido, em meio a tantas lutas e intermináveis esperanças, para que se atingisse a normalização institucional - meta alcançada somente a 5 de outubro de 88, depois de exaustivos esforços despendidos pelos 559 representantes, convictos da histórica missão então cometida. Ao eleger-se, no dia seguinte, para dirigir os encargos da Constituinte, o incomparável Ulysses Guimarães exortou os seus Pares ao cumprimento da missão hercúlea conferida pelo povo brasileiro.

No dia 3 de fevereiro, uma Delegação Pró-Participação Popular na Constituinte entregou a Ulysses proposta de inclusão da INICIATIVA POPULAR, numa inovação procedimental que en-

“A Carta ai está para ser respeitada integralmente, sem que ninguém ouse afrontá-la ou, jamais, ultrajá-la!”

controu acolhida no seio dos parlamentares. Com a implícita aquiescência de grande parte dos integrantes da Assembléia, os movimentos pró-participação popular congraçaram-se no Distrito Federal para acompanhar de perto as articulações que começavam a esboçar-se, através da aprovação do Regimento Interno, tarefa da qual foi incumbido o senador Fernando Henrique Cardoso.

Entre 27 de março e 6 de maio foram recebidas 11.989 sugestões de deputados, senadores e entidades da sociedade civil, numa compartilhada integração, que vitalizou o processo então instaurado, dando-lhe, assim, uma insuperada co-participação, apontada como vínculo permanente entre a Assembléia e todos os segmentos da comunidade.

Em 16 de junho, eclode uma gigantesca mobilização de apoio às emendas

populares, registrando-se, ao final, 122 delas, com milhares de assinaturas, recolhidas, criteriosamente, em todos os recantos do nosso vasto território, compelindo os constituintes a admitir, como inquestionável identificação com todas as camadas sociais.

No dia 12 de agosto de 1987, processou-se o ato público de entrega formal de tais Emendas, cabendo-me, como primeiro Vice-Presidente da Mesa Diretora e por orientação de Ulysses, receber algumas delas e assegurar aos patrocinadores que as mesmas teriam o devido encaminhamento às Comissões Temáticas e, a seguir, às de Sistematização, para posterior e definitivo exame do Plenário soberano.

Ressalte-se que, no dia 26 de agosto, iniciava-se a defesa das Emendas Populares pelos representantes credenciados, de organizações da sociedade civil estruturada formalmente.

Instaurara-se, desta forma, uma elogiável modalidade de garantir estamentos qualificados da população interferência válida no preparo da Constituição da República Federativa do Brasil.

Mesmo os que, nos primeiros instantes, contrapuseram-se, ostensivamente, ao acolhimento de tais iniciativas, terminaram por admiti-las de modo convicto, reconhecendo a indiscutível autenticidade dessa interferência, indispensável para sinalizar essa conotação peculiaríssima na faina a que nos entregáramos durante quase dois anos de afã no esforço para legar ao País, algo duradouro, com vínculos de indestrutível participação das correntes populares que interpretavam sentimentos arraigados da Cidadania.

As Emendas Populares engrandeceram a ANC, dando-lhe, portanto, legitimidade inquestionável que nos cabe louvar e aplaudir, de forma entusiástica nessa breve lembrança.

Como proclamou o grande Ulysses Guimarães, a Carta ai está para ser respeitada integralmente, sem que ninguém ouse afrontá-la ou, jamais, ultrajá-la!



OBRIOTON/NEWS



Clélia Brandão, presidente do Conselho Nacional de Educação

Democracia de fato e de direito

Participação popular nas decisões políticas ainda é baixa

Os gregos criaram a democracia e enfrentaram problema não solucionado mesmo depois de 25 séculos: como garantir a participação da maioria dos cidadãos nas decisões de governo? A média de presença nas assembleias decisórias de Atenas ficava em parcos 20% dos aptos a votar. Número que, nos processos de elaboração de políticas públicas com consulta à sociedade, mantém-se como teto nos dias atuais. Ainda assim, houve mudança marcante nestes processos no Brasil a partir da Constituição de 1988.

A abertura para a participação democrática durante a Constituinte de 88 permitiu a criação de conselhos deliberativos, descentralizados e participativos

de gestores de políticas sociais em setores específicos, num primeiro momento. Saúde, educação, políticas para criança e adolescente foram as primeiras áreas a obrigarem municípios a criarem instâncias para participação social no processo decisório sobre o quê fazer com o dinheiro público. Estabeleceram-se amarras para garantir a criação de conselhos deliberativos em todas cidades: onde não houver conselho, não existirá repasse de recursos federais ou estaduais. A dor do bolso é a que mais efeitos produz no administrador público.

“O prefeito tem que ter o Conselho, senão não recebe o dinheiro. Ele tem que se organizar para receber os recursos federais”, explicita o secretário-executivo

do Conselho das Cidades, Elcione Diniz Macedo, que convive com a pressão de 86 conselheiros sobre a pauta de atuação do Governo Federal nos programas e diretrizes para os 5.563 municípios brasileiros. “Cada vez mais os governantes, em quaisquer níveis, vão ter que conviver com o controle da sociedade”, sentencia Macedo.

É por razões como estas que prefeitos deixaram de ser os senhores absolutos na hora de escolher onde alocar recursos dos cofres municipais ou de transferências constitucionais de Estados e da União. “O governo está aprendendo a conversar e entender a linguagem do povo” acrescentou o secretário. A população passou a interferir e a transmitir suas demandas

“A mudança de eixo no processo decisório numa democracia recente se tornou objeto de estudos de vários cientistas sociais e políticos”

prioritárias aos governantes. Esse processo de meter os “pauzinhos” na agenda pública nem sempre acontece sem conflitos entre o gestor eleito ou nomeado e o distinto público pagador de impostos ou organizações não-governamentais em defesa dos direitos da sociedade.

Se por um lado a obrigação de ter conselhos os faz existir para garantir repasses de dinheiro para os cofres municipais, também funciona como atrativo para grupos de pressão que desejam canalizar o dinheiro para benefício de interesses, por vezes, muito específicos. Num cenário sinuoso, o processo participativo dos conselhos tem se mostrado irreversível, apesar de movimentos de contrafluxo e das tentativas de manipulação.

Conselhos proliferam nas três instâncias do Poder. O governo do presidente Lula acentuou essa tendência, criando instâncias consultivas para os mais diversos temas. Há conselhos e conselhões, reunindo representantes de favelas ou sindicatos a presidentes de empresas multinacionais e donos dos maiores bancos do País. No âmbito municipal os números também demonstram vitalidade: certas cidades podem ostentar dezenas de diferentes conselhos a auxiliar na tomada de decisões. Criou-se um novo padrão de relacionamento do Estado com a sociedade e com as instituições públicas de um modo mais geral. Ampliou-se a política da governabilidade

incorporando novos atores e adotando diretrizes transparentes e fundamentadas no debate político.

A mudança de eixo no processo decisório de uma democracia recente se tornou objeto de estudos de diversos cientistas sociais e políticos. O Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais criou o núcleo de pesquisa Projeto Democracia Participativa (Prodep) para estudar esse fenômeno no Brasil. Transformou-se no melhor produtor de retratos sobre a ampliação democrática nos processos decisórios do País.

As imagens pinçadas no cotidiano dos conselhos municipais mostram que não há receita, mas que certos mitos caem assim que expostos à luz de métodos científicos das pesquisas. Exemplo: o “sul maravilha” é mais atuante na política que o “atrasado” eixo norte/nordeste? Falso. Estudos recém tabulados pelo Prodep provaram que os conselhos de Pernambuco obtêm maior participação do que os do Paraná, por exemplo.

Curitiba é um modelo de administração municipal, mas a sociedade não tem efetiva presença na deliberação sobre políticas públicas dentro dos conselhos da cidade. O Rio de Janeiro registra apenas 8 conselhos, enquanto

Belo Horizonte apresenta 31 na gestão municipal que se encerra em dezembro de 2008.

Generalização não são possíveis quando se trata deste tema, é preciso focar o estudo em cada cidade para apurar a realidade. Ao observar a Bahia, notaram os pesquisadores que lá os grupos associativos são muito mais envolvidos em questões culturais, étnicas e de outras modalidades do que com a deliberação sobre políticas públicas. Essa última informação consta no livro “A Participação Social no Nordeste”, foco de investigação do Prodep com recursos internacionais da Fundação Ford. Salvador revela um retrato claro de como as associações da sociedade não tem o centro da participação política. Enquanto a capital baiana possui 115 entidades ligadas à Saúde e 116 ligadas à criança e ao adolescente, existem 456 relacionadas às questões religiosas.

Nada que não se mostre em movimento. A pesquisa constatou que, apesar da superfície ainda revelar traços marcantes da oligarquia política afastando as pessoas do debate, o enfraquecimento e desaparecimento de lideranças tradicionais está trazendo à tona mais participação social.

Neste contexto, ficou patente também que o gestor é fundamental para criar o ambiente necessário para atrair o cidadão para a arena política de formulação da resolução dos seus problemas. O prefeito acaba por partilhar a condição de definidor da agenda da administração pública. Os estudiosos alertam para o fato de que muitos não aceitam porque não concordam em perder a capacidade de definir sozinho aquilo que deve ser feito pela administração pública municipal. Se esse dilema se agrava, o político profissional trata de impedir o avanço da sociedade organizada na arena decisória, muitas vezes controlando a indicação dos integrantes dos conselhos e dos presidentes. É a reação natural das antigas oligarquias. Além disso, é normal que grupos de interesse busquem agir de forma ativa dentro dos processos para defender suas



Paulo Ziulkoski, Pres. da CNM

próprias prerrogativas e transferem para segundo plano as necessidades do povo. E isso incomoda os governantes porque a natureza das atribuições dos Conselhos são deliberativas garantidas legalmente.

Apesar das dificuldades, alguns avanços vêm sendo identificados através da melhoria dos serviços prestados e do melhor aproveitamento dos recursos do Erário. “Alguns planos são muito bem sucedidos. Em nossas pesquisas, notamos que os resultados das políticas públicas melhoram quando há participação”, aponta Leonardo Avritzer, pós-doutor em Ciência Política pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) e coordenador do Prodep. Ele esteve à frente de levantamento comparativo entre as principais cidades do País.

O Prodep constatou, por exemplo, relação entre o processo de informatização dos serviços prestados pelo município de Vitória da Conquista e a maior participação popular, conjugado com ampla reforma administrativa. “A vigência de instituições participativas cria, por seu turno, incentivos e pressões para governos locais modernizarem sua administração e ampliarem sua capacidade de investimento”, diagnosticou o livro do Prodep sobre o Nordeste.

No Brasil há atualmente entre 30 e 40 mil conselhos, envolvendo a participação de mais de 500 mil pessoas. Vários entram em choque com prefeituras, alguns com câmaras de vereadores, outros são manipulados pelos governantes. A presidente do Conselho Nacional da Educação (CNE), Clélia Brandão, admite que existem problemas, mas ressalta que há muita vitalidade nos processos participativos. “O papel do Conselho é ser colaborador, é auxiliar na melhoria dos serviços prestados à sociedade”, explica ela, a primeira mulher a comandar o CNE.

Natural de Goiás, Clélia iniciou sua atividade profissional alfabetizando crianças. Hoje, procura ampliar

Ranking de Participação dos Conselhos Municipais

	Estado	Município	Conselhos
1	GO	Anapólis	46
2	MG	Belo Horizonte	31
3	SP	Campinas	29
4	PE	Recife	26
	DF	Distrito Federal	26
5	MG	Juiz de Fora	25
6	BA	Alagoinhas	24
7	SC	Blumenau	23
	MG	Poços de Caldas	23
	BA	Salvador	23
8	SC	Chapecó	22
	PE	Petrolina	22
9	RJ	Petropolis	21
10	SC	Lages	20
	MG	Montes Claros	20
	BA	Vitória da Conquista	20



Professor Leonardo Avritzer

a capacidade de ressonância social do conselho. “A articulação se dava mais por eventos. Agora, aprovamos um plano de trabalho em que vamos montar agendas para trabalhar com o país, com os conselhos estaduais, com os conselhos municipais”, relata,

classificando essa nova agenda como mais orgânica, mais entrelaçada aos interesses da comunidade. De fato, o Conselho apontou recentemente diretrizes que vão mudar a vida em sala de aula, como a inclusão de disciplinas como filosofia e sociologia no currículo de segundo grau. “Nossa intenção é estabelecer outro ‘modus operandi’, normatizando, legislando e interagindo com os autônomos sistemas estaduais e municipais”, salientou.

“Quero ressaltar que não sou contra os conselhos. Agora, a Lei é para todos, mas no caso dos conselhos está sendo feita só para os menores, que são os municípios. Os conselhos municipais fiscalizam os municípios, mas quem fiscaliza os Estados? Quem fiscaliza a União?”, questiona o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, que cobra uma alteração profunda na distribuição de tarefas e dos recursos do sistema federativo e a ampliação do

sistema de fiscalização para os outros entes federados.

Ziulkoski alega que a divisão do bolo da arrecadação nacional está assim dividida: 59% para União, 24% para Estados e 16% para Municípios. Ele aponta um paradoxo nesta situação ao se verificar as atribuições transferidas nos últimos anos às prefeituras. E os conselhos acabam pesando nessa contabilidade ao levar mais demandas por recursos por parte da sociedade, além de exigir estruturas administrativas (diversas secretarias) que significam mais desembolso para os cofres municipais. “Temos 5.563 municípios. Destes, 4,5 mil não têm nem pessoal suficiente para participar de tantos conselhos”, alega o presidente da CNM.

Paulo Ziulkoski alerta para o fato que muitas decisões de conselhos federais, como a inclusão de novas disciplinas nos currículos, impactam diretamente na folha de gastos dos



Professora Eleonora Cunha

prefeitos, que são obrigados a contratar mais professores, mas não recebem mais recursos para cobrir essas despesas. E alega, que a Lei que criou os Conselhos foi modesta, porque não estabeleceu

“O papel do Conselho é ser colaborador e auxiliar na melhoria dos serviços prestados à sociedade”

mecanismos, metas e instrumentos capazes de conter gastos e fomentar a cultura da participação.

Apesar de divergências, os conselhos são uma realidade. A agenda hoje é dividida entre a sociedade e os políticos profissionais. Cada vez, há mais necessidade de consulta popular e participação. O debate ainda promete ser longo, como ficará claro nas entrevistas dos cientistas políticos ouvidos pela Ulysses que você verá nas páginas seguintes.

A história do Prodep

O objetivo do Prodep é aprimorar os estudos de instituições, a partir do tripé: ensino, pesquisa e extensão. Associou-se extensão e pesquisa. Foram inicialmente cursos de curta duração, seguindo a demanda de gestores estaduais para preparar técnicos de secretarias e a própria população a participar destes espaços de participação.

A professora Eleonora Cunha relata que, em 2000, quando começou-se a perceber dúvidas da população e dos gestores sobre participação, foi iniciado trabalho com conselheiros de políticas públicas de forma geral, passando pelas secretarias de Trabalho, Assistência Social, Criança e Adolescente, Saúde, Meio Ambiente, pois os orçamentos participativos (OP's) estavam nestes órgãos e havia necessidade de discutir como fazer participação institucionalizada.

Os cursos atenderam inicialmente MG, então referênciamos. Atendia-se aos municípios de acordo com as demandas. Os cursos eram organizados regionalmente. Exemplo: os municípios de Ituiutaba, Urbelândia e Uberaba, se

organizavam, demandavam o curso, e atendia-se aquela região. Depois começaram a surgir demandas específicas e individuais. Em Ipatinga, foi solicitada uma proposta só para o município, para suas ONG's, que precisavam de capacitação.

Em função do acúmulo de experiência e do trabalho que estava sendo executado em Minas, o grupo foi chamado para trabalhar em São Paulo durante gestão do PT. “Nós fomos e começamos a fazer um trabalho paralelo: capacitação do pessoal da secretaria que cuidava do OP e também dos conselheiros e delegados do orçamento participativo. Foram dois anos, criando e capacitando a equipe para que eles criassem um grupo de qualificação de participação e que dessem seqüência ao trabalho”, relata ela.

Hoje, a Presidência da República busca qualificar conselheiros nacionais e técnicos do Governo que trabalham com participação. “Muitas vezes, os técnicos não têm a noção de como implantar um processo participativo no seu órgão, o que acaba atropelando o mecanismo”.

Representação x participação

Paulo Nascimento

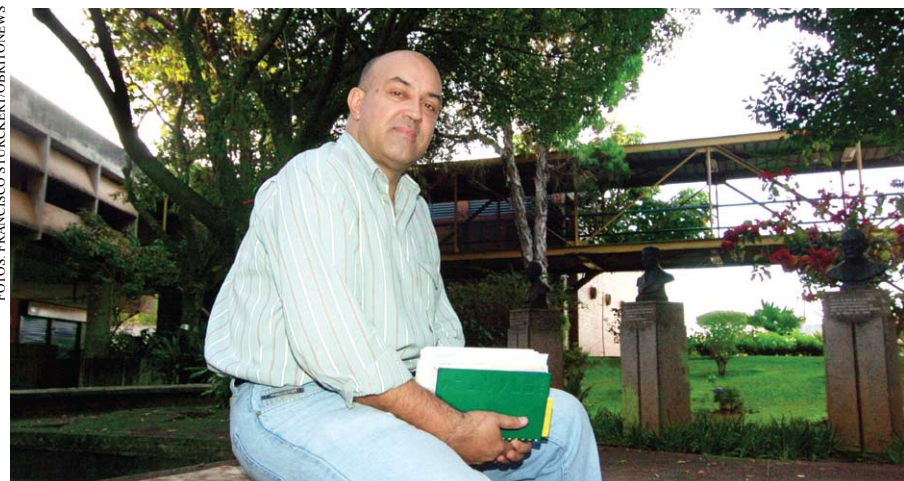
Paulo Nascimento é graduado em História pela Universidade Amizade dos Povos, Rússia. Concluiu Mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e fez segundo Mestrado em História pela Universidade Amizade dos Povos. Concluiu seu doutorado em Ciência Política pela Columbia University (2002), nos EUA. Professor da Universidade de Brasília, tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Política Internacional. Nascimento conversou com a revista Ulysses sobre a cultura da participação na democracia brasileira e a história da interferência popular nas decisões de governo.

COMO O SR. AVALIA A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NO BRASIL?

Paulo Nascimento – A Democracia Participativa no Brasil é muito fraca. Isto é histórico e tradicional. A política no Brasil ocorreu muito de cima para baixo. Mesmo agora, em picos de democratização de 1988 para cá, não podemos falar em efetiva participação. A participação é limitada aos períodos de eleições. A sociedade civil brasileira é muito frágil. Isto é algo histórico que se perpetua. Há alguns trabalhos sobre Comitês de Saúde, Conselhos Participativos dos mais diversos, que demonstram que as populações locais não estão interessadas em participar. Pessoas comuns não estão interessadas em participar.

POR QUÊ?

Paulo Nascimento – Porque a democracia participativa não se coaduna bem com comunidades gigantescas como os Estados-Nações. Em sociedades de 200 milhões, 300 milhões de habitantes não pode viger a participação direta. Nesses tipos de sociedade tem que haver a representação, que é antípoda da participação; eu diria que são muito contraditórias. A única forma de organizar o sistema político em comunidades gigantescas é através da representação, porque o Estado-Nação é muito centralizador. Por mais que



se tente organizar formas descentralizadas, federativas, o fato é que não se consegue incluir toda a população para a participação. Outro motivo tão importante quanto o tamanho dos países, refere-se à deterioração histórica do espaço público, do espaço político. Há uma invasão muito grande do domínio privado no domínio público. As pessoas não têm disposição, não têm cultura política para participar. E o terceiro, e pior, é a decepção com a política representativa. O sistema político moderno representativo não traz soluções para os problemas mais candentes da população.

A CRIAÇÃO DE CONSELHOS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 NÃO TERIA TENTADO

JUSTAMENTE ATACAR ESSE PROBLEMA AO CRIAR MECANISMOS DE ACESSO DA POPULAÇÃO AO PODER PÚBLICO?

Paulo Nascimento – Acredito que essa é a idéia, mas não vejo que esteja funcionando. A Constituição de 1988 abriu os caminhos para uma maior participação da sociedade civil, isto é inquestionável. Mas se observarmos os níveis efetivos de participação, perceberemos que eles não aumentaram. Há picos de participação no período eleitoral, mas, mesmo assim, as eleições são pautadas por marketing político, com pouca discussão genuína do que seja a política. Eu percebo que os canais abertos, do micro ao macro, não têm funcionado. Atribuo aos mesmos motivos citados anteriormente. Algumas

monografias que tenho acompanhado demonstram isso: as pessoas vêm aos primeiros encontros de Conselhos de Saúde, às margens do Rio São Francisco, por exemplo. O prefeito domina o Conselho, o Secretário de Saúde domina a pauta, as pessoas vão uma vez, mas não voltam. Esses canais existem, mas não estão sendo bem aproveitados. Não há interesse, não há motivação, não há a perspectiva de que a participação acarretará uma efetiva diferença.

ISTO ADVÊM, PORTANTO, DA PRÁTICA CORRENTE DE QUE O GESTOR DOMINA OS CONSELHOS? ISTO NÃO DEMONSTRA UMA RESISTÊNCIA DO PRÓPRIO PODER EM COMPARTILHAR PODER?

Paulo Nascimento – É típico de todo poder resistir à mudança. Não há nenhum poder que diga: “eu vou mudar a forma de agir, vou abdicar de poder”. O poder tende a se organizar e se cristalizar. O que os sistemas democráticos buscam construir são mecanismos que impeçam a cristalização do poder. Porque o Prefeito, o Secretário



Municipal sempre tentará barrar qualquer tipo de participação que não lhe seja favorável. Quando lhe é favorável, ele permite. O problema é: por que ele consegue barrar? Ele consegue barrar porque encontra terreno propício para isso. Este terreno propício é a total apatia das populações do Brasil e de outros países. É um problema mundial. O declínio do mundo público é um dos problemas mais importantes e mais graves da política atual. Eu acho que essas tentativas de centralizar e abrir canais, que considero razoáveis, não tem funcionado. Temos de indagar o porquê. Talvez o problema seja muito mais grave e profundo do que simplesmente colocar à disposição mecanismos de participação a pessoas que não estão interessadas em participar. Mesmo na reunião de sindicato de professores, por exemplo, que é um pessoal supostamente mais politizado e participativo, percebemos que as pessoas vão quando há um coquetel após a reunião.

QUAL É A RAZÃO DISSO? HÁ ESTADO DE MAIS, ESTADO DE MENOS?

Paulo Nascimento – Houve um mundo público na Antiguidade bastante restrito e elitista, mas em que a política tinha um espaço próprio em relação à economia e ao mundo privado. Era o mundo greco-romano e reapareceu, de certa forma, no Renascimento, e que deu origem às sociedades modernas. Só que essas sociedades modernas, liberais e democráticas, se formaram já como comunidades muito grandes, em que a soberania e a política é outorgada a um corpo imenso de pessoas. Portanto, é impossível exigir participação. Não há como haver um Estado-Nação com participação efetiva de milhões de pessoas. Teve de ser buscado o mecanismo da representação. À medida que se apela ao mecanismo de representação, castrase a participação, pois uma pessoa pode representar meus interesses como pro-

“Rousseau já dizia que o problema das democracias modernas é não conseguir colocar todos na mesma sala”

fessor, mas não pode me representar, porque no mundo não pode haver dois “Paulos Nascimento”. Esse é um mecanismo que castra a participação pessoal. Ela delega a outra o exercício da política. Isto gera um problema gravíssimo porque, além de castrar a participação, a representação se solta, gradativamente, de sua base. Este é um problema mundial. A luta, portanto, é criar canais que liguem a base à representação. E isto não tem funcionado. Percebe-se, no âmbito mundial, que aqueles que fazem a política estão afastados do mundo daqueles que outorgam a esses o fazer da política. Rousseau já dizia que o problema das democracias modernas é que não se consegue colocar todos na mesma sala. Daí surge a representação e, conseqüentemente, o descolamento. Enquanto existir esta comunidade Estado-Nação, enquanto não voltarmos às comunidades menores, o problema da política permanecerá vinculado à questão da representação e desse afastamento.

MAS NADA DEMONSTRA QUE CAMINHAMOS NO SENTIDO DA PARTICIPAÇÃO?

Paulo Nascimento – Não, nada mostra. Por isso a política continua sendo um acontecimento de quatro em quatro anos em que a população é chamada a votar. Não estou desmerecendo a prática eleitoral. Porém, a democracia ser considerada uma prática em que o povo é chamado para eleger seus representan-

tes, de quatro em quatro anos, dentro de um contexto de poder econômico imenso, influenciando as eleições, num marketing político em que a pessoa, o político é descaracterizado – o político é quase como uma caricatura de si - o político é apresentado à população como um produto, acaba por minar a própria idéia de política até chegar ao ponto em que chegamos hoje.

NUM PAÍS EM QUE UM LÍDER SINDICAL CHEGA À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, ISTO NÃO DEMONSTRA QUE HÁ ESPAÇO PARA UMA MAIOR PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

Paulo Nascimento – Existe uma mobilidade social importante em que uma pessoa muito pobre e miserável, como o Lula, consiga chegar à Presidência da República. Mas o fato dele chegar à Presidência da República justamente confirma isto que estou falando. Chegar à Presidência da República e o que acontece? O povo está participando mais? Não vejo. O PT substituiu os outros partidos naqueles espaços de grótões, passou a fazer as mesmas práticas que os partidos tradicionais faziam. Ele conseguiu ocupar este espaço, deslocou os oponentes, mas não consigo ver uma real democratização da sociedade brasileira. É inegável que há mudanças na economia. Há um fator importante de mobilidade social, algo que nunca havia ocorrido antes no Brasil, mas não podemos dizer que esteja acontecendo um movimento diferente no Brasil, algo que sinalize para uma maior participação.

NÃO PODEMOS AFIRMAR, ENTÃO, QUE ESTAMOS NUM MOMENTO EM QUE VÃO OCORRER MUDANÇAS E QUE ALGO MELHOR PODE ADVIR?

Paulo Nascimento – Acredito que mudanças advirão. Porém, não vejo com muito otimismo essa mudança. Pode estar acontecendo um movimento de melhora, em que as coisas, paulatinamente, tomarão novos e melhores



FOTOS: FRANCISCO STURCKERT/ORBITHNEWS

rumos, mas não o vejo ocorrer. Enfatizo, para sustentar meu argumento, a dimensão das comunidades de hoje. Retorno ao aspecto que já enfatizei referente ao problema Estado-Nação e democracia participativa. Isto é possível? É possível haver um país de centenas de milhões de habitantes de forma a organizá-lo com participação efetiva? É muito difícil.

HÁ ALGUNS AUTORES, COMO BOBBIO, POR EXEMPLO, QUE RECONHECEM DIVERSOS PROBLEMAS NA REPRESENTAÇÃO, MAS QUE AINDA APOSTAM NELA COMO FORMA DE FAZER POLÍTICA ATRAVÉS DE UMA ELITE. O SR. ACREDITA QUE ISSO

É SUFICIENTE OU NÃO, ISTO É PRECISO MUDAR? HAVERIA UM SUBSTITUTO PARA O SISTEMA REPRESENTATIVO? QUAL SERIA A ALTERNATIVA?

Paulo Nascimento – O sistema representativo tende a formar uma elite, indubitavelmente. Gostaria de ressaltar que quando eu critico a democracia atual, critico-a em relação ao aspecto participação, não quando colocada à luz de ditaduras e de regimes autoritários. A democracia, neste sentido, é uma opção melhor. Como a democracia ainda é muito nova, ainda tendemos a ser muito otimistas em relação às perspectivas da democracia, haja vista que o Brasil viveu quase toda sua existência em períodos autoritários ou semi-autoritários. Há uma grande esperança, especialmente depositada na Constituição de 1988. Minha crítica não é em relação ao passado, mas em relação ao futuro, quando pensamos na perspectiva de maior democracia participativa. Acredito que o Bobbio está correto. O sistema representativo tende a formar uma elite divorciada da participação. Muito antes de haver esses problemas que estou citando aqui, os antigos já se preocupavam com as melhores formas de governo. Quando Aristóteles elencou as melhores formas de governos, ele classificou-as em formas mais participativas e menos participativas.

“**As tentativas de conectar elites políticas às massas não tem funcionado**”

QUAIS SERIAM ELAS?

Paulo Nascimento – As mais participativas seriam democracia, que denominava um sistema injusto, pois era o sistema da maioria e não de todos. Tinha a politéia, que para ele era o ideal, pois todas as classes participavam. A participação seria grande, mas sem excluir maioria de minoria e havia os sistemas menos participativos, como aristocracia e oligarquia. Desse leque ele, como era muito elitista, dizia que a aristocracia parecia ser o regime mais condizente porque, inevitavelmente, uma elite seria formada. Portanto, a preocupação deveria centrar-se na questão: essa elite vai governar com o espaço público? De qualquer atividade política, sempre emergirão aqueles mais interessados em fazer política. Essa tem sido a tentativa da esquerda mundial de querer incluir todo mundo na participação política, como se pudéssemos inserir o igualitarismo na prática política. Porém, temos de considerar que há pessoas que não se interessam em fazer política e não há nada que se possa fazer quanto a isso. Tendo em vista esses aspectos, retorno ao argumento de Aristóteles: essa aristocracia, mesmo sendo uma elite, deve governar para o bem comum. Deve ser uma elite que atenda ao espaço público. Não pode haver um governo elitista que prescindia do espaço público. Tem de haver interação, mecanismos que proporcionem que se governe em prol do espaço público. Então, na situação atual, percebemos a mesma preocupação aristotélica. Por incrível que pareça, passam-se 2000

e tantos anos e as coisas não mudam muito. Quando analisamos as teorias políticas, todas elas, inapelavelmente, referem-se às preocupações de Aristóteles. Haja vista, por exemplo, a teoria das elites, de Mosca e Pareto. Eles apontaram o mesmo problema: surgirá uma elite que se desgarrará da política. Isto se repete ao longo dos séculos. Com a representação, tipicamente da era moderna e contemporânea, a questão piora, porque essa elite tem mais condições de se desgarrar de uma imensa massa de pessoas que querem consumir, que estão mais interessadas em sua vida privada, não têm esperança na política. No Brasil, votam porque o voto é obrigatório, senão até mesmo a participação eleitoral seria menor. Repito: as tentativas de conectar as elites políticas às massas têm sempre falhado. Uma solução de participação é o próprio partido político, que é um fenômeno moderno e contemporâneo.

COMO O SR. VÊ OS PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS?

Paulo Nascimento – Eu vejo os partidos políticos muito pouco defini-



dos ideologicamente, sem referencial de identidade. Nossa cultura política ainda é muito insipiente. Porém, isto não é um fenômeno restrito ao Brasil. Em qualquer lugar do mundo, os partidos políticos têm se tornado imensas massas burocráticas em que novamente os problemas da participação e da representação se colocam. Podemos analisar qualquer partido e veremos o mesmo quadro: há uma elite decisória dentro do partido e há um militante de base que tem pouca ou nenhuma influência no processo decisório interno. Há picos de participação, mas é um movimento que avança e reflui. Ocorrem picos de representação em momento de crise, em momentos de eleições. Porém, não se consegue construir uma participação efetiva de forma regular, que perdure no tempo. Então, é uma situação que não leva a crer em melhoras.

OS GRUPOS DE INTERESSE QUE ATUAM NA ARENA POLÍTICA TÊM OCUPADO MAIS ESPAÇO QUE OS PRÓPRIOS PARTIDOS POLÍTICOS?

Paulo Nascimento – Certamente. O Brasil está caminhando neste sentido. Hoje em dia há uma profusão de interesses econômicos, lobbies, enfim, caminhos informais de influenciar a política. Hoje, qualquer estudioso do Legislativo estuda, em primeiro lugar, o Regimento da Câmara, o do Senado, ou seja, as regras formais. Porém, estuda, principalmente, como as regras informais podem ser introduzidas e ficarem escondidas sob as regras formais. Então, por exemplo, tal projeto tem que passar pela Comissão de Constituição e Justiça. Questiona-se quem está na CCJ, que acordo se faz por trás, para que se garanta a aprovação do projeto, o qual defende o interesse de algum grupo econômico. O interesse privado invadiu o espaço público. Toda hora a imprensa está denunciando este tipo de dinâmica. Acabo de avaliar o trabalho



acadêmico de um sujeito que trabalha para uma firma que presta este tipo de consultoria a legislativa e, é interessante notar, que a firma já possui clientes internacionais. Então, o cliente americano senta com ele e pergunta com quantos votos está à oposição, quem é à base do governo, e assim por diante, para desenvolver a melhor estratégia para fazer passar seu projeto. De todo esse quadro, o cliente questiona: a situação está definida, tendo em vista a organização da oposição e da base governista? Não está porque não há fidelidade partidária. Um bom exemplo é o da CPMF. O governo Lula não conseguiu fazer aprovar a CPMF. Por quê? Porque vários acordos não foram cumpridos, várias coalizões se dissolveram, várias nomeações não foram feitas, etc. Então, a política tem se dado neste nível, no de grupo de pressão de empresas, sob o guarda-chuva de regras formais e democráticas. A população está completamente alijada de tudo isso, a não ser que ela também se organize em lobbies com interesses claros. No entanto, a população não existe, ela existe virtualmente. Não existe po-

OBRITONEWS



pulação brasileira que tenha interesse único. Os interesses da população são fragmentados por regiões, cidades. Então, há um espaço muito fragmentado e muito numeroso. Falar de bem comum ou de um interesse que seja comum a todos é muito difícil.

OS SINDICATOS? SÃO INSTRUMENTOS DE PRESSÃO? ELAS SÃO REPRESENTATIVOS?

Paulo Nascimento – Sim, são instrumentos de pressão. Porém, os sindicatos há muito tempo perderam a noção de transformação da sociedade. Os sindicatos surgiram na história moderna representando a classe operária, principalmente. Conseguiram a inclusão desses setores excluídos nesse sistema representativo e, uma vez que isso aconteceu, os sindicatos tornaram-se grupos de pressão como quaisquer outros. Os sindicatos que mais avançaram nisto são os americanos que, há muito tempo, já assumiram que são isso mesmo. Nós estamos no mesmo caminho. Há alguns anos, eu duvidei que algum líder sindical falasse em sindicalismo de resultados. Eles tinham a perspectiva de incluir sua classe numa sociedade mais justa, mais democrática. Hoje em dia, só grupos radicais fazem esse discurso. Os sindicatos estão completamente inseridos nesse esquema fragmentário, “lobístico”, representativo no qual nós

vivemos. O sistema permite liberdades democráticas, o ir e vir, mas não muito mais do que isso. Não podemos falar em democracia participativa no sentido forte do termo.

QUAL SERIA ESTE SENTIDO FORTE DO TERMO?

Paulo Nascimento – O sentido forte do termo refere-se à participação em todos os aspectos da vida em sociedade. Seria deliberar e decidir sobre tudo. Seria ultrapassar essa noção de conseguir objetivos pontuais e individuais. Seria aparecer diante dos demais como um cidadão político. Os gregos tinham essa idéia de política muito clara. A política não era só, no espaço público, conseguir tal ou qual votação, passar tal ou qual lei. O indivíduo só poderia se sentir um verdadeiro cidadão ao participar do espaço público efetivamente. Somente dessa forma o indivíduo seria reconhecido como um cidadão, pelo o que ele estivesse fazendo pela sociedade.

HÁ UM ELEMENTO DE FORMAÇÃO DE IDENTIDADE NISSO.

Paulo Nascimento – Sim, e isto está claro num discurso famoso que aparece na Guerra do Peloponeso, na obra de Tucídides, no discurso de Péricles, que em minha opinião, é o

maior documento político de todos os tempos. Está muito claro, para ele, os motivos porque Atenas, que inventou a política, era diferente das demais cidades-estado gregas. Quando ele enumera as razões, elas não estão vinculadas à riqueza, mas em haver uma comunidade baseada na participação efetiva de cidadãos. Ao avaliarmos essas instituições efetivas, não encontraremos representação, mas muita participação direta. A comunidade ateniense era pequena, mas Aristóteles advertiu para os perigos desse crescimento.

QUAL ERA O TAMANHO DE ATENAS?

Paulo Nascimento – O número de cidadãos girava em torno de 30 mil, nas épocas de maior expansão da cidade, mas calcula-se que cerca de 20%, uma média de seis mil, freqüentavam as assembleias populares.

QUANDO TRANSPOMOS ESSA REALIDADE PARA UMA CIDADE COMO SÃO PAULO, COM 11 MILHÕES DE HABITANTES...

Paulo Nascimento – Pois é justamente essa a crítica. No Brasil, há 180 milhões de habitantes. E olha que só estamos falando do problema da falta de participação. Ainda há o de participação em demasia que também é tão nociva à política quanto à ausência de participação.

“No Brasil, só se vota porque o voto é obrigatório. Não fosse assim a participação popular nas eleições seria muito menor”

COMO ASSIM?

Paulo Nascimento – As atividades humanas políticas têm de ser, necessariamente, institucionalizadas. Somente podemos falar em política quando falamos de leis e de instituições, ou seja, de padrões definidos. A votação é um padrão. O número de pessoas que participam é um padrão. Portanto, tem de haver instituições formais e informais na política. Não pode vigorar o caos, em que cada um decide fazer o que quiser. O primeiro movimento da política é saber administrar a liberdade, é saber se auto-limitar. Então, uma participação muito ativa, quando as instituições não estão solidificadas, pode atropelar as leis. Há resquícios disso hoje em dia, especialmente na esquerda, mas também há na direita, a perspectiva de que o movimento tem que ter prioridade sobre a lei. Lula falou isso em 1989. Ele disse uma frase que a oposição usou. Ele disse que os movimentos sociais podem passar as leis, porque são mais legítimos do que as leis. Há uma matéria no Direito chamada “Direito achado na rua” em que vigora a idéia, fundamentada nas idéias de Platão, de que a lei não acompanham a política, o que é verdade, dado que a dinâmica da vida é mais rápida que as instituições. Afirma, portanto, que os movimentos sociais não precisam respeitar às leis, porque a legitimidade

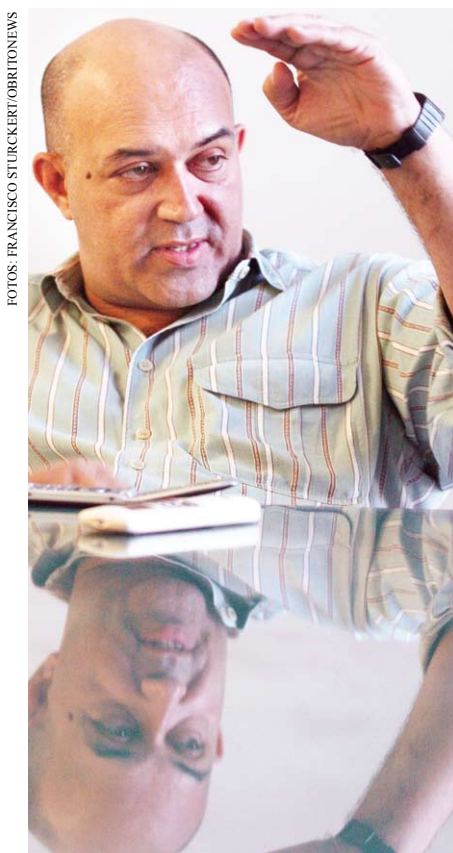


que eles criam é a legitimidade da rua. Quando há uma participação muito grande, de conjunção de massas, as pessoas podem vir a desprezar normas. Deve haver um balanço: de representação com leis. Neste ponto, voltamos ao problema do tamanho dos entes políticos, dos Estados nacionais. Além disso, a economia invadiu o espaço público. Isto é algo que Aristóteles já havia pontuado: o perigo da economia invadir o espaço público e as questões públicas passarem a ser tratadas como privadas. Essa é uma problemática que Habermas, um pensador do século XX, investigará. Mostrou que isso era uma instrumentalização da política, ou seja, a lógica do espaço privado passa a ditar o funcionamento do espaço público, onde lidamos com cidadãos. Nada mais reflete a deterioração da política hoje do que essa invasão do privado na política. É isso que causa a fragmentação em lobbies, em que interesses são fragmentados e que a única preocupação das pessoas seja conseguir fazer valer seus interesses particulares. O consumismo, o materialismo e o individualismo crasso das sociedades ocidentais e das democracias contemporâneas condicionam à lógica. Cada um está em busca de seus próprios interesses. Neste quadro, estimativas econômicas um pouco mais favoráveis condicionam de imediato todo o corpo político.

A atividade econômica tomou conta do espaço público. Temos liberdades democráticas e, repito, não questiono a validade dessas liberdades.

OS FILÓSOFOS CONTRATUALISTAS DIZIAM QUE, EM DADO MOMENTO, ABANDONAMOS O INDIVIDUALISMO DESTRUTIVO PARA NOS AJUSTARMOS A UMA SOCIEDADE FORMADA POR REGRAS QUE ORIENTASSEM A CONVIVÊNCIA. DIANTE DO QUADRO ATUAL, O SER HUMANO É UM SER GREGÁRIO OU É INDIVIDUALISTA E EGOÍSTA?

Paulo Nascimento – Esta é uma questão complicada. O homem é um ser gregário. Os filósofos antigos e os contratualistas já haviam percebido isso. Está claro em Aristóteles quando ele afirma que o homem é um animal político. Porém, quando ele faz essa afirmação, ele não está inferindo que o homem deva fazer política, mas, sim, que o homem é um animal da polis, das comunidades. Ele diz que somente dois entes conseguem viver fora da polis: as bestas selvagens e os deuses. Como o homem não é nenhum dos dois, ele tem que se agregar para sobreviver. Uma vez que ele tem que se agregar para sobreviver, surge o contrato. Cabe aqui o pensamento dos contratualistas. E o que é esse contrato? O contrato são regras de convivência que permite a organização da comunidade, no qual, nessas regras de convivência, o indivíduo abdica de certas liberdades. Fica proibido realizar atos arbitrários. A política surge deste ser gregário que é o homem. Ao mesmo tempo, contudo, o homem é um ser individual e talvez isso indique dois caminhos, onde haja uma contradição. Mas isso vai nos levar muito longe. Nós construímos um modo de vida que é extremamente individual. Temos comunidades imensas que são, na verdade, agregações de indivíduos mais do que coletivos, no sentido próprio do termo. Essa é outra consequência do Estado-Nação. Não se



FOTOS: FRANCISCO STURCKERT/OBRITONEWS

consegue construir identidades muito sólidas, a não ser pelo nacionalismo.

PELOS ESTADOS-NAÇÃO?

Paulo Nascimento – Podemos criticar os Estados-Nação por serem entidades que não permite muita participação e que favorece a representação. Mas o fato é que o Estado-Nação, por meio do contrato, garante direitos. Ouvimos algumas pessoas dizerem que são “cidadãos do mundo”. Isto é uma grande bobagem, pois o indivíduo só está protegido quando possui um passaporte. Quando o indivíduo tem um passaporte britânico, por exemplo, ele está protegido pelas leis deste país. Agora, quando se é funcionário da Ford, pode-se viajar pelo mundo todo, mas não se está protegido por lei alguma. Este processo de pulverização do Estado-Nação é perigoso, pois não surgirá uma

democracia mundial. Podemos ver surgir um “cassino planetário” em que trocas financeiras, comerciais, econômicas de modo geral, colocam em perigo os últimos refúgios de leis e garantias, que são os Estados nacionais.

QUAL É O FUTURO DA DEMOCRACIA, EM SUA AVALIAÇÃO?

Paulo Nascimento: Eu vejo um futuro de decadência muito acentuada. Na medida em que o processo de globalização vai colocando as comunidades na iminência de perderem suas referências culturais, o sentimento nacionalista é exacerbado. Podem surgir movimentos conservadores, como o neo-fascismo, com conseqüências nefastas. Ou, essa decadência lenta e torturante das democracias ocidentais vai se perdurar. Cada vez as pessoas vão votar menos, o judiciário vai interferir cada vez mais nos processos políticos, ocorrerá uma confusão no legislativo, pois não saberão quem faz o quê. Já está acontecendo esse fenômeno da “judicialização da política”. O executivo inoperante já não terá mais a capacidade de responder às demandas cada vez mais urgentes da sociedade. Numa visão mais otimista, pode ser que surjam novas opções. Afinal, é sempre em momentos de crises que se testa o novo. Novamente, isso é uma coisa que os pensadores antigos já haviam apontado. Os momentos de crise são os mais adequados para a mudança. Então, pode ser que surja alguma forma de democracia mais humana.

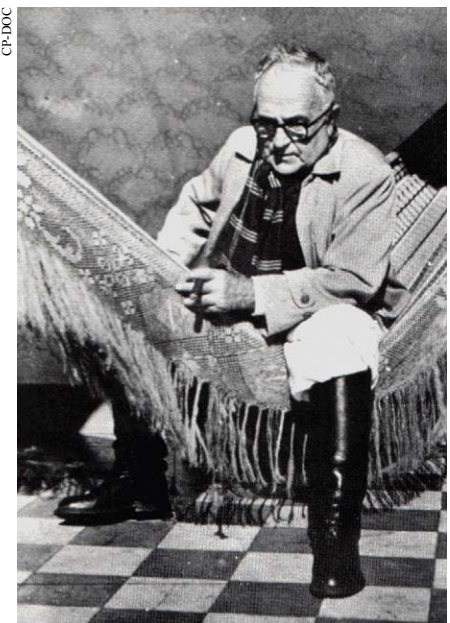
NO CASO DO BRASIL, O SENHOR PERCEBE O SURGIMENTO DE ALGUMA MUDANÇA?

Paulo Nascimento – Acredito que o Brasil entrou agora no rol das democracias decadentes. Estamos na democracia representativa e alcançamos a solidez de certas instituições. Quando falamos que o Brasil está entrando no Primeiro Mundo, algo

que as pessoas consideram maravilhoso, as pessoas não percebem que isso significa incorporar um modelo materialista, consumista, extremamente individualista.

HÁ ASCENSÃO POSSÍVEL DE UM POPULISMO DE DIREITA? ALGUNS TEÓRICOS APONTAM PARA O FATO DE QUE A CLASSE MÉDIA É CONSERVADORA. A ASCENSÃO DESSA CLASSE PODE SINALIZAR PARA UMA TENDÊNCIA DE MAIOR CONSERVADORISMO NA POLÍTICA?

Paulo Nascimento – Sim, sem dúvida. Nós estamos em busca do “catch-up”, com os países desenvolvidos, ou seja, alcançá-los também no nível socioeconômico. Isto é muito difícil, fora o modelo anglo-saxão, de alcançar pela democracia. A democracia pode, por vezes, emperrar o desenvolvimento e a distribuição. Regimes autoritários fizeram, historicamente, esses processos de modernização mais facilmente. No Brasil, à exceção do período JK, os saltos para frente, no sentido de desenvolvimento econômico, sempre foram por regimes autoritários. Podemos citar dois momentos significativos: o de Ge-



CP-DOC

FOTOS: FRANCISCO STURCKERT/OBRITONEWS

“No Brasil, à exceção do período JK, os saltos para desenvolvimento sempre foram por regimes autoritários”

túlio Vargas e o período militar. E por que isso ocorre? Porque quando se tem o Estado nas mãos, sem oposição, não há necessidade de negociar, barganhar ou temporizar. O caminho está livre para impor projetos.

O SENHOR ACREDITA QUE AS NOVAS TECNOLOGIAS PODERÃO PROPORCIONAR NOVOS TIPOS DE PARTICIPAÇÃO?

Paulo Nascimento – Há uma tendência surgindo chamada democracia digital. Há muitos estudos sobre democracia digital, que se referem a um possível aumento da participação através da internet. Estudam-se portais



do governo, de partidos políticos para medir quantas pessoas acessaram o site, como é o site do governo. Eu tenho participado em dezenas de bancas acadêmicas e nunca vi, nem nos mais otimistas, a perspectiva de que esses mecanismos contribuam para um aumento significativo da participação no processo político. Os estudos alegam que os debates são conduzidos pelo governo. O acesso é sempre conduzido pelo desejo do cidadão descobrir o que o governo pode lhe oferecer e não o que o cidadão pode contribuir para com o governo. E o fórum virtual não substitui a deliberação presencial. O contato direto humano é insubstituível. Este contato, este olho a olho, que sempre foram características das democracias participativas clássicas, perdeu-se. A pessoa se revela na presença dos outros. No espaço virtual, a pessoa se revela muito pouco ou não se revela. A pessoa pode ter uma participação maquiada. Quando o sujeito está em público, ele sai da escuridão do privado e é lançado no público. Então, a democracia digital não tem essa capacidade de trazer o indivíduo para a luz.

ENTÃO, PODEMOS AFIRMAR QUE, SE PERMANECER DO JEITO QUE ESTÁ, JÁ ESTÁ BOM?

Paulo Nascimento – Acredito que sim. Nós estamos num declínio da política muito grande. Está ocorrendo uma morte tão lenta que não percebemos. Não há um choque que sinalize para um fim abrupto, por isso não percebemos essa decadência. Um exemplo do declínio da política é a percepção do cidadão de que a instituição mais relevante na sociedade é a Polícia Federal. Não há pesquisas que apontem para o político como o agente mais importante da sociedade. E isto num país que conquistou, às duras penas, a democracia.

A participação começa pelo bolso

Mendes Ribeiro Filho
Presidente da Comissão de Orçamento

A melhor forma de concretizar a democracia participativa é permitir ao cidadão decidir onde, como e em que gastar os recursos arrecadados pelos governos. Afinal, o cidadão é quem financia o Estado. No início deste ano, assumi a presidência da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) do Congresso Nacional com três grandes desafios: cumprir prazos, aumentar a transparência e tornar o orçamento o mais realista possível. Os ex-presidentes e membros da Comissão colaboraram para a credibilidade dos atuais trabalhos. Com a aprovação da Resolução número 1/2006-CN, um parlamentar não pode permanecer mais de um ano como membro da comissão. Posto em prática, esse mecanismo amplia também a atuação dos comitês e colegiados da comissão.

Discutir e votar matérias orçamentárias, analisar informações do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre obras e serviços com irregularidades graves, apreciar as contas da Presidência da República e dos Três Poderes estão entre as atribuições da comissão. O Projeto de Lei mais importante que passa pela Comissão é a proposta orçamentária, que depois de aprovado se torna o Orçamento Geral da União. É ele que determina, por exemplo, onde e como o governo pode gastar os impostos que pagamos.



A primeira grande vitória da CMO em 2008 foi a aprovação em julho da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) conforme o calendário estipulado, fato que ocorreu dentro do prazo pela primeira vez em doze anos. O trabalho desenvolvido com

“O Projeto de Lei mais importante que passa pela Comissão é a proposta orçamentária que, aprovado, será o Orçamento Geral da União”

os líderes partidários foi fundamental. A articulação política foi realizada no Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias na Comissão e no Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais na Comissão. Dessa forma, também foi possível apreciar Medidas Provisórias e votar Projetos de Lei de créditos adicionais, propostas que antes iam direto para o plenário do Congresso.

Cumpridas essas etapas é chegado o momento de nos debruçarmos no orçamento de 2009 e ele nos traz estes desafios: a transparência e o caráter impositivo. Como se sabe o orçamento é autorizativo, ou seja, o governo pode, ou não, liberar recursos previstos na lei, de acordo com suas conveniências financeiras e políticas. Não pode, contudo, executar o que não está previsto no texto.

A proposta orçamentária para o próximo ano supera R\$ 1,6 trilhão, dos quais R\$ 525,5 bilhões se destinam à rolagem da dívida pública. No exercício de 2008, as emendas parlamentares ao orçamento chegam a R\$ 16,1 bilhões. Embora o valor seja significativo, correspondente a apenas 1,71% do orçamento efetivo, em que descontamos a parte do refinanciamento da dívida. Para o próximo ano, novamente as emendas propostas pelo Congresso Nacional não devem ultrapassar 3% do total, seguindo a média dos exercícios anteriores.

“O objetivo é fazer o Orçamento da União com participação e colaboração do povo brasileiro”

Buscamos agora mecanismos que tornem o orçamento cada vez mais transparente, perceptível para a sociedade e que avance na questão do caráter impositivo, deixe de ser uma peça de ficção. Ao tratarmos da transparência criamos o “Fiscalize”, uma nova ferramenta que permitirá a qualquer cidadão com acesso à internet acompanhar desde os recursos empenhados pela União até os pagos ao seu município. São verbas prometidas para repasses por convênio em saúde, educação, infra-estrutura, políticas sociais, segurança pública e qualificação profissional. Câmaras de vereadores e Assembléias Legislativas vão receber um relatório mensal com todos os empenhos federais aos municípios, além dos valores pagos que já eram informados. Essas informações estão disponíveis no site www.camara.gov.br/orcamento.

Sobre a execução do orçamento, temos ainda muito a avançar. O Pro-

grama de Aceleração do Crescimento (PAC) é uma demonstração de que o orçamento pode ser plenamente executável. O PAC não existe em lei, é apenas um plano. Entretanto, presume-se que o que está no PAC vai sair do papel. O PAC dá certo por vontade política, porque não existe nenhuma determinação legal. Por força da atuação do gestor público é que passa a ser orçamento impositivo.

É assim que queremos fazer com a participação popular. Se o governo pode fazer um PAC sem lei, o Congresso pode chamar a si a tarefa de começar com o Orçamento Federal Participativo. Esse é o próximo desafio da Comissão de Orçamento. Se não conseguirmos caminhar no Orçamento 2009 precisamos deixar a estrada cimentada para os que vierem depois terem condições de colocar à sociedade essa nova realidade: o Brasil tem um orçamento feito de forma transparente e em alguns aspectos, pelo menos, o caráter impositivo.

Isso é um projeto que tem a cara do PMDB, tem a cara da democracia, da participação de todos, da liberdade que todos precisam ter e liberdade só se tem com informação e participação.

Não temos mais como fugir da democracia participativa. Uma coisa é a representação parlamentar, mas as duas precisam coexistir. O Brasil não pode esperar mais tempo, os avanços devem ocorrer agora. A imprensa e a sociedade exigem transparência. Estudamos uma forma para que isso possa acontecer. Transportes, saneamento, saúde, entre outros, são setores que sempre recebem recursos de emendas parlamentares ao orçamento e de comissões. Essas áreas também podem receber emendas da sociedade.

As audiências públicas serão realizadas nas cinco regiões do país. Daremos um salto de participação. O que for decidido nesses seminários será proposto pela comissão ao projeto de lei do orçamento. Estou comprometido com orçamento participativo, assim como o PMDB é comprometido com a participação do povo nas grandes decisões nacionais.



“A sociedade brasileira vai demorar a falar”

Luciano Dias

Luciano Dias é graduado em Filosofia pela UERJ, tem Mestrado e Doutorado em Ciência Política pela IUPERJ. É co-autor de “A Reforma do Federalismo Brasileiro”, livro organizado por Luiz Felipe Chaves D’Ávila e editado pela Editora Brasiliense. Trabalhou como Pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Foi Professor do Curso Intensivo de Pós-Graduação em Administração Pública (CIPAD) da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) da Fundação Getúlio Vargas. Atualmente trabalha como Consultor Político na CAC Consultoria Política. Nesta conversa, Dias aponta a fragilidade da participação na política brasileira. E alerta para o risco do sistema bipolar partidário nacional, sustentado pelo enfrentamento de duas legendas, acabar criando espaços para o avanço da direita no Brasil.



O SENHOR CONCORDA QUE, APÓS A CONSTITUIÇÃO DE 1988, COM A PREVISÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA ATRAVÉS DA REGULAMENTAÇÃO DE CONSELHOS, A PARTICIPAÇÃO SOCIAL ESTÁ MAIS ATIVA NO BRASIL?

Luciano Dias – A Constituição de 88 é bastante generosa, pois ela apostou na Democracia. Porém, a sociedade brasileira apresenta baixíssimas taxas de participação política, de identificação partidária. O fato de terem sido

criadas essas instituições de participação não levam, necessariamente, a um aumento da democracia. Elas, muitas vezes, criam espaços de *lobbies*, de interesses privados de maior organização que encontram ali um caminho para pressionar o Estado. Portanto, quando observamos a sociedade brasileira, não podemos simplesmente pensar na criação de instituições para avaliarmos o grau de participação social e controle popular. A questão é mais sofisticada

do que isso. Não estamos na sociedade americana onde as pessoas são treinadas para a auto-organização. Se você cria uma audiência pública, as pessoas vão comparecer porque isso é uma prática corrente na sociedade norte-americana. É uma prática histórica nos EUA.

NO BRASIL ESTE MECANISMO É ARTIFICIAL?

Luciano Dias – Sim, é artificial. Mas isto não é um aspecto negativo.

Nós temos de avaliar o que acontece nesta artificialidade. Temos que ter a sofisticação de avaliar os efeitos colaterais desta artificialidade. Eu sempre cito um caso simples: muitas pessoas dizem que a solução para a violência no Brasil é o policiamento comunitário. Vocês acham que um policial, por exemplo, no RJ, teria condições de viver em uma comunidade já ocupada pelo tráfico? Não, ele vai ser capturado, subornado, assassinado. Portanto, quando você projeta instituições democráticas no Brasil, há de se ter em mente que o processo não será automático. Temos de estar preparados para os efeitos colaterais deste processo. A cisão entre Estado e sociedade é muito grande. A população, muitas vezes, não vê razão em esperar algo do Estado, porque já está tão envolvido em corrupção que perdeu a credibilidade. As pessoas não acreditam mais em políticos, em promessas, em propostas. Por isso, nós vivemos um momento extremamente perigoso. O sistema partidário brasileiro está com o farol voltado para trás. Ele não está enxergando a questão da democratização, da estabilidade das instituições. Não está olhando as questões que estão emergindo, como o crime e a corrupção.

A QUESTÃO DA CORRUPÇÃO NÃO É RECENTE. ELA TEM SE MANIFESTADO DESDE OS ANOS 80 NA AGENDA NACIONAL. NÃO É UM TEMA QUE ENTROU NA AGENDA RECENTEMENTE?

Luciano Dias – É verdade, mas é uma questão que tem se tornado dramática. O governo Collor destruiu o sistema partidário forjado na Nova República. A questão da corrupção está emergindo com força na consciência popular. O sistema partidário não está conseguindo forjar lideranças que sejam capazes de formulações que

atendam a esses problemas. Se você olhar a questão da segurança pública, ela continua como aspecto central nas preocupações da sociedade brasileira. Desde que a inflação deixou de ser o ponto mais importante, a violência tem se tornado a principal preocupação. Você vê algum partido político investindo nesta preocupação, apontando caminhos, sugerindo soluções? Há formação de lideranças que abordem esse problema?

QUAL É A RAZÃO DISSO?

Luciano Dias – A razão é que o sistema político brasileiro é muito antiquado. É incapaz de captar as novas demandas da sociedade. É um sistema calcificado, ele não tem flexibilidade para dar conta desses temas.

O QUE ISTO SIGNIFICA EM TERMOS DE REPRESENTATIVIDADE?

Luciano Dias – Numa primeira análise, isso significa que o povo está formulando suas candidaturas. O que o povo abandonado pelo sistema político pensa? “Entre o que está e nada, eu vou procurar uma alternativa”. O problema



é que essas alternativas são realmente “alternativas”, pois são completamente fora do sistema político. Se nós estamos pensando na política brasileira em termos de Serra, Alckmin, Temer, coisa de alto nível, temos de mudar. A Itália, por exemplo, chegou a isso. Ela alcançou uma desagregação de tal ordem que emergiu o Silvio Berlusconi (primeiro-ministro da Itália). Mas Berlusconi é só a face bonita. Emergiu o fascismo. Emergiram forças ainda mais conservadoras e mais enlouquecidas.

E QUANTO AO QUADRO NACIONAL?

Luciano Dias – O quadro nacional é diferente porque há a figura de Lula. De que forma ele impede esse tipo de coisa? Bem, falemos do Nordeste. Ele impede que o eleitorado do Nordeste, o mais pobre do Brasil, opte por este tipo de solução conservadora. Mas Lula é momentâneo.

É COMO NA DÉCADA DE 60 QUANDO EMERGIU JÂNIO QUADROS, QUE FAZIA O MODELO DO ANTI-POLÍTICO, E O PAÍS ENTROU DEPOIS NUM PERÍODO DE RESTRIÇÕES DEMOCRÁTICAS?

Luciano Dias – Isso mesmo. O que nós temos hoje? Nós conseguimos a duras penas que o sistema político comprasse o pacote da estabilidade

econômica. De certa forma, todos os partidos políticos compraram o mesmo pacote. Lula vai para a eleição falando na TV que vai dar continuidade ao modelo econômico, que vai aumentar juros. Esta conexão é rara: haver um sistema político que apóie o plano econômico e que crie condições de estabilidade. Porém, este consenso cria espaço para atores que não estão assim tão preocupados com a questão econômica ou que, para entrar neste consenso econômico, cobrem um “pedágio político” muito maior do que o atual sistema. Com a saída do Lula, cria-se uma grande incógnita no que se refere à coesão do sistema partidário. Eu o vejo como muito vulnerável. Não vejo qualquer substituto, em nenhum partido, à altura de Lula. Todas as lideranças estão apostando em se tornarem os sucessores de Lula. Todos querem virar Lula, mas não vejo nenhum deles com o grau de coesão de Lula. Quem conseguirá angariar 80% de votos no Nordeste?

O SENHOR ACHA QUE ISSO SE DEVE AO POPULISMO DO GOVERNO?

Luciano Dias – Sem dúvida, há um populismo muito bem entrosado

“*A Constituição de 1988 é bastante generosa, pois ela apostou na democracia. Porém, a sociedade brasileira tem baixos índices de participação política*”

do e inteligente. Porém, Lula está consumindo seu capital político com esta forma branda de populismo com o programa “Bolsa-Família”. Com o “Bolsa-Família”, Lula está transmitindo uma péssima lição. A lição para os próximos governantes de que para governar têm que trabalhar em cima do “Bolsa-Família”. Brevemente, veremos uma organização das pessoas que recebem tal benefício, organizadas em sindicatos, porque considerarão o programa um direito.

O SENHOR ACHA QUE É ANTI-DEMOCRÁTICO AS PESSOAS SE ORGANIZAREM EM PROL DE SEUS INTERESSES?

Luciano Dias – De forma alguma. Simplesmente, acho que um programa social tem limites fiscais. Por que o populismo do Lula dá certo? Porque o populismo do Lula atende aos interesses dessas pessoas e atende às restrições orçamentárias. O governo paga o “Bolsa Família” fazendo um duro ajuste fiscal. Mas isso só acontece em tempos de extrema bonança econômica. Então, para manter esse sistema funcionando é complicado. Não é uma conjuntura eterna.

NUM PAÍS QUE NÃO OFERECE EDUCAÇÃO DE QUALIDADE, SAÚDE, TAMPOUCO SEGURANÇA, O SENHOR NÃO CONCORDA QUE O PROGRAMA ATENDE MINIMAMENTE ÀS DEMANDAS SOCIAIS?

Luciano Dias – Não estou dizendo que não é um programa importante. Tudo o que você disse é correto. O Brasil deve muito ao governo Lula. Lula é uma liderança que conseguiu construir uma equação que diz: dados esses problemas todos que o Estado não resolve, vamos encurtar o caminho e dar logo o dinheiro para o povo. Só que esse é um arranjo de extrema vulnerabilidade. Ele não está calcado em identificação partidária. Não está calcado na organização do sistema político. Ele está calcado numa opção que, no momento, é viável economicamente e numa liderança carismática. Porém, aquilo que nós achamos muito sólido é, na verdade, muito frágil. Este arranjo pode virar na primeira esquina.

NÃO TERIA SIDO ISSO QUE ACONTECEU COM O EX-PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE? ELE TEVE UM SUCESSO NUM PLANO ECONÔMICO QUE O CAPITALIZOU À REELEIÇÃO?

Luciano Dias – Sem dúvida. E o que aconteceu com o sistema político desde lá? Nós tínhamos um sistema político que montou uma coalizão política, entre PSDB e DEM (antigo PFL), que dominava o Congresso Nacional. Mas, observemos a operacionalidade do sistema político desde então. No meu entender, ocorreu uma rápida decadência. Fernando Henrique não conseguiu manter sua aliança. Eles perderam a eleição. Lula elegeu-se sem maioria. Foi obrigado a fazer concessões já no seu primeiro mandato. Teve de abandonar as reformas políticas porque ele não tinha sustentação. A última reforma do Lula foi em 2003. Nós estamos vivendo o cheque-especial da bonança chinesa. É isto que está mantendo a estabilidade. Agora, olha para esse sistema e tira a liderança do Lula. A liderança do Lula, a gente não vê, mas garante várias coisas, por exemplo, a coesão interna do PT. Quer dizer, a hora que Lula sai de cena, o PT resiste? Tarso Genro vai engolir um candidato paulista? Os paulistas vão engolir Tarso Genro? E o PMDB? O PMDB vai bancar o PT? Nós vamos ver agora na sucessão das mesas no Congresso Nacional, daí já serão distribuídas as cartas para 2010. E qual será o raciocínio do PMDB? Vou entrar de novo como parceiro menor do PT? Eu, que sou o maior partido do Brasil, por que serei parceiro de alguém que já está de saída?

O SENHOR CONCORDA COM A TESE DE QUE LULA TERIA A CAPACIDADE DE TRANSFERIR DE 25% A 30% DOS VOTOS PARA SEU CANDIDATO?

Luciano Dias – Não, eu acho que não. Há um aspecto pouco lembrado: Lula não ganhou a eleição do melhor candidato citado nas pesquisas. Ele ganhou do segundo melhor colocado,



nos cinco grandes centros do país. Você não consegue ver qualquer influência direta do Lula em nenhum dos grandes centros. Você não pode dizer: esse é o candidato do Lula, então vai vencer. Você vê aliados, mas não candidatos certos. O que quero dizer com isso é que se Lula fosse um fenômeno assim tão relevante, tão inquestionável... Você tem que ver, pois foi nas duas gestões do governo Lula, que o PMDB se tornou o maior partido nas duas casas, tanto no Senado Federal quanto na Câmara dos Deputados.

O SENHOR CONSEGUE PERCEBER ALGUM SUBSTITUTO, ALGUÉM QUE POSSA SER FIADOR DESSA ESTABILIDADE GARANTIDA PELO PRESIDENTE LULA?

Luciano Dias – Para levar minha especulação adiante com vocês, eu acho que nós estamos mais na iminência do surgimento de um populismo de direita no Brasil do que qualquer outra coisa. Por quê? Porque a população está aumentando de renda, isso significa que está consumindo mais informação. Este é um mundo em que todos consomem informação pela televisão. A Rede Globo não tem mais o monopólio da informação. Há mais liberdade de oferta, de informação. Com isso, os formadores de opinião são mais influentes. Portanto, neste ambiente de insatisfação com os rumos da política, da violência e da corrupção, o país está mais vulnerável a um populismo de direita do que a uma reforma política.

POR QUE UM POPULISMO DE DIREITA?

Luciano Dias – Porque a população está ficando mais rica. Ela quer manter o que já conseguiu. Ela não quer saber de bagunça na rua, não quer saber de mudança. Ela quer polícia na rua, quer bandido preso, quer político corrupto na cadeia.



NESTE CONTEXTO, PODEMOS INFERIR QUE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DIMINUIRÁ CADA VEZ MAIS?

Luciano Dias – A participação democrática vai cair mais. As pessoas estão se sindicalizando cada vez menos. Qual tem sido a grande luta dos sindicatos nos últimos tempos? Conseguir dinheiro oficial. Há municípios no Brasil em que 50% das pessoas não votam.

ISTO ESTÁ OCORRENDO PORQUE AS PESSOAS ESTÃO DECEPCIONADAS COM O SISTEMA POLÍTICO OU PORQUE AS PESSOAS ESTÃO ACOMODADAS COM O ATUAL SISTEMA?

Luciano Dias – Não há dúvida de que as pessoas estão decepcionadas. As pessoas estão completamente decepcionadas.

AS PESSOAS ESTÃO DESCRENTES, MAS AINDA COLOCAM O PRESIDENTE COMO O CENTRO DO MUNDO POLÍTICO?

Luciano Dias – A eleição presidencial ainda consegue atrair o eleitor, dada a quantidade de assuntos envolvidos e que atingem diretamente o eleitor. A observação de que, quanto mais estabilidade menor a participação, está correta. Um exemplo disso é a sociedade americana. Somente 60% da população vão às urnas.

O GOVERNO COOPTOU OS MOVIMENTOS SOCIAIS?

Luciano Dias – Havia duas coisas muito positivas dentro do PT, muito positivas no sentido de movimentos sociais. Eles estiveram na dianteira da luta contra a corrupção. Portanto, quanto mais crescia a bancada do PT, mais se acreditava que a corrupção desapareceria. Este é um papel secular dos partidos de esquerda. Eles impedem a patronagem, a corrupção política etc. O outro papel era esse que



O PMDB é atualmente o partido que tem a maioria no Congresso

você destacou: eles faziam um papel de mobilização social mínimo que fazia com que as pessoas fossem para as ruas, com uma agenda política própria, desvinculada da estatal. Ao chegarem ao poder, eles reduziram a taxa de mobilização social, toleraram o MST por um tempo, mas se observarmos o resto dos sindicatos, eles estão totalmente controlados. O número de greves diminuiu muito. A outra questão é a corrupção. O PT não controla mais a corrupção. No Brasil, vejo que nós estamos mais próximos de um fenômeno estilo Collor de Melo. A emergência de uma nova força, fora do sistema tradicional usando uma agenda mais estridente do que o normal. A bipolaridade que sustentou o processo de estabilização entre PT e PSDB está sob risco de haver a emergência de alguém que bagunce com tudo isso.

QUEM É A CARA DESSE FENÔMENO?

Luciano Dias – Ciro Gomes. O Aécio Neves, sob certa conjuntura, também poderia ser.

“O sistema político brasileiro é incapaz de captar as novas demandas da sociedade”

MAS NÃO SÃO NOMES QUE SE POSICIONAM NO CENTRO?

Luciano Dias – Para ganhar as eleições eles terão que fazer alguma coisa diferente. Eu vejo que o sistema partidário está muito vulnerável a alguma coisa um pouco menos bonita do que estamos vendo aí. A capilarização do sistema político brasileiro no interior é complicada. Eu tenho dúvidas quanto à capacidade deste sistema de absorver o interior. Do jeito que eu acompanho, percebo que há uma completa bagunça eleitoral, mesmo no interior. Há coligações do PT com PP, PT com PSBD. A única estratégia de uma coligação PT e PP funcionar é atacar o centro. Eles têm de reduzir o

centro. Há uma vulnerabilidade muito grande no sistema.

HÁ UMA MASSA AMORFA SE FORMANDO?

Luciano Dias – Sim. Com um agravante: estamos falando da emergência da classe média no sistema. A classe média é mais conservadora, é mais sensível a questão da corrupção.

AO MESMO TEMPO, ELA SE NEGA A PARTICIPAR DA POLÍTICA EM SI. ENTÃO, COMO SE RESOLVE ESSE DILEMA?

Luciano Dias – É justamente a sua abstenção que propicia o surgimento dessa massa amorfa.

NÃO É UM CENÁRIO MUITO CATASTRÓFICO?

Luciano Dias – Não acho que seja o cenário mais provável, mas o que estou levantando é a visão desta vulnerabilidade. Esta competição PT X PSDB, que vem se realizando na política brasileira, não é tão estável quanto parece. O trabalho que eu faço com partidos políticos é o seguinte: pontuo que há oportunidades políticas surgindo. Há um monte de eleitores novos entrando no mercado da política que não querem comprar os produtos que vêm aí. O lado positivo dessa mensagem é perceber que há consumidores que não estão dispostos a consumir estes produtos que estão aí. Eu sempre busco questionar: qual é o partido brasileiro que tem um militar em seus quadros? Nenhum. Mas quando aquele militar fez aquele pronunciamento sobre a Amazônia, vocês lembram a enorme repercussão popular que teve? Se olharmos para as pesquisas de opinião pública, percebemos que o prestígio das Forças Armadas só perde para o da Igreja no Brasil. O político tem 0,4% de credibilidade.

“O sistema político brasileiro é incapaz de captar as novas demandas da sociedade”

AS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS ESTÃO DESACREDITADAS?

Luciano Dias – As instituições políticas já estão perdendo a capacidade de se auto-reformarem. Para pessoas relativamente informadas, a corrupção já está ficando menos impactante. Ver 100 parlamentares envolvidos em escândalos e, apenas, 30 serem indiciados, como o caso das Sanguesugas, já não choca tanto as pessoas que estão constantemente ligadas na política. Para o homem comum, isto é um absurdo. Eu sou bastante realista: enquanto não houver financiamento público de campanha eleitoral, a corrupção não vai acabar.

VOLTANDO À DEMOCRACIA PARTICIPATIVA: ALGUMAS PESSOAS QUE TRABALHAM COM CONSELHOS TÊM A VISÃO DE QUE

OS CONSELHOS SÃO FÓRUNS VÁLIDOS DE DEBATE E FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. OU SEJA, ELAS SÃO EFETIVAS EM SEU PAPEL DE INSTITUCIONALIZAR A PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROCESSO DECISÓRIO. COMO O SENHOR AVALIA ESSA PERSPECTIVA?

Luciano Dias – O ambiente de tolerância com escândalos vai diminuir, pois as instituições que se abriram para a participação estão ganhando espaço. As pessoas começam a ir timidamente, mas vão tomando espaço. Os Conselhos são espaços em que lideranças políticas são reveladas. Nada se faz sem liderança política. Os Conselhos acabam selecionando pessoas que possuem liderança política. Estes ambientes institucionais acabam atraindo pessoas que têm habilidade política, pois política não é algo que qualquer um pode fazer.

EM ALGUNS CASOS, OS CONSELHOS ACABAM RETIRANDO DO POLÍTICO, DOS VEREADORES, POR EXEMPLO, O PAPEL DE INTERLOCUÇÃO COM A POPULAÇÃO E DE VOCALIZAÇÃO DAS DEMANDAS SOCIAIS. ISTO É UM RISCO PARA O SISTEMA POLÍTICO?

Luciano Dias – Sim, isto é um risco para o sistema político, pois ele pode



FOTOS: ORBITONEWS

ser ultrapassado por outras instituições. Para os Vereadores, está ficando cada vez mais difícil efetivar a governabilidade. Os partidos políticos brasileiros são muito antiquados. Nenhum deles tem um canal direto com suas bases, canais de comunicação eficazes. Muitas pessoas não têm vontade de adentrar a política porque têm medo de serem consideradas corruptas. As pessoas têm de enfrentar esses comentários e mostrar que querem fazer diferente. Há espaço para novos atores e novas propostas. Esse seria o aspecto positivo do quadro atual. Porém, há também lugar para algo negativo. Pode emergir uma coisa muito feia no Brasil, coisa que não faz parte do quadro tradicional da política brasileira.

É PERTINENTE A ASSUNÇÃO DE QUE EM SOCIEDADES AFLUENTES, EM QUE HÁ UM PODER DE CONSUMO EFETIVO, AS PESSOAS TENDEM A SE AFASTAR DA POLÍTICA? PODEMOS AFIRMAR QUE HÁ UMA BALANÇA DESIGUAL? EM TESE, A ESTABILIDADE ECONÔMICA, AO AUMENTAR O PODER DE CONSUMO DE SEUS AGENTES, TENDERIA A AUMENTAR A CONSCIÊNCIA POLÍTICA DAS PESSOAS, MAS NÃO É O QUE PARECE OCORRER. A PARTICIPAÇÃO PARECE ATÉ DECAIR. POR QUE ISSO OCORRE?

Luciano Dias – É uma balança inegavelmente instável. Por exemplo, falemos do caso dos EUA. Quem é o Governador de um dos Estados mais importantes dos EUA? Um ator. Como George Bush venceu as últimas eleições? Eu creio que a sociedade brasileira está cada vez mais preocupada com questões como segurança e corrupção. Ela não tolera mais insegurança e corrupção. Quem surgir com um discurso neste sentido vai ganhar espaço. Eu acredito que isso é perigoso, pois são problemas pontuais que esta sociedade de consumo que ver resolvido.



OBRITONEWS

“**A bipolaridade que sustentou o processo de estabilização entre PT e PSDB está sob risco**”

NÓS TEMOS UM PROBLEMA NAS INSTITUIÇÕES DO ESTADO OU TEMOS UM PROBLEMA NA SOCIEDADE?

Luciano Dias – Eu acho que o problema está nas instituições políticas. A sociedade tem demandas, ela tem a sua vida. O sistema político tem que atendê-las. O sistema político brasileiro tem, entre outras várias deficiências, a questão da violência. O sistema político brasileiro demonstra ser incapaz de resolver este problema. Ele não consegue dar uma resposta para a sociedade neste campo. Isto não é nada de espantoso. Anos se passaram para que se conseguisse resolver a inflação. E conseguiu-se. Porém, a questão da violência urbana ainda não foi resolvida. O Brasil não tem imaginação, não tem liderança e não tem capacidade

de resolver esta questão. Então, o problema está nas instituições. Afinal, a sociedade tem sua vida, a sua dinâmica. A sociedade paga e vota nos políticos para pensar, para resolver suas questões.

MAS AS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS NÃO SÃO O REFLEXO DA SOCIEDADE?

Luciano Dias – Elas são o reflexo da sociedade, mas as instituições têm uma missão de liderança que a sociedade não tem. As instituições políticas não podem entregar a liderança política para a sociedade. Elas têm o dever da liderança. Elas assumem uma posição de comando para exercer a liderança. ACM tinha uma frase que ilustrava bem a idéia: “Se você não tem estômago para exercer o poder, não dispute”. O sistema político tem a função de liderar e a obrigação de entender a sociedade. A sociedade brasileira tem baixa mobilização. É uma sociedade onde a escolaridade é limitada. Então, o sistema político tem de levar em conta essa realidade. Frequentemente surgem propostas do tipo: “vamos ouvir a sociedade”. A sociedade brasileira vai custar a falar.

ISTO SE DEVE A ASPECTOS CULTURAIS?

Luciano Dias – A política brasileira ainda não tem a cultura democrática. É oriunda de um tempo em que havia uma distância muito grande entre elite e massa. Então, a elite podia fazer o que quisesse. A política brasileira ainda tem o estilo do regime de 1946, época em que o analfabeto não votava, a população rural não votava. Havia a hegemonia dos estados do RJ, SP e MG. A democracia era acessível a um número pequeno de pessoas. A política brasileira ainda é do tempo da política de massas. Só existe um partido político que tem base, que é o PT. Os outros partidos políticos não têm base nenhuma. O PMDB não consegue reunir seus militantes. Não consegue usar isso como instrumento democrático.

Sucesso é a marca do EAD

Cursos cumprem meta de aumentar número de prefeitos e vereadores no País

Os cursos à distância da Fundação Ulysses Guimarães completam um ano com grande sucesso: são cerca de 60,2 mil alunos matriculados em todo Brasil. Divididos em 2.020 turmas, os alunos participam dos módulos de Formação Política e de Preparação para Candidatos a Vereadores, Vice-prefeitos e Prefeitos. Com o objetivo de unificar o discurso, resgatar as bases, discutir e aperfeiçoar as bandeiras, e preparar os candidatos que assumirão cargos no Executivo e no Legislativo. O êxito é amplamente comemorado pela diretoria da Fundação, diante dos números alcançados em tão pouco tempo. “Nossa militância está motivada e nossos candidatos estão melhores preparados para enfrentar o dia-a-dia da máquina pública”, afirmou o presidente da FUG, deputado Eliseu Padilha.

Uma das metas estabelecidas pela Direção da FUG ao desenvolver o Curso de Preparação para Candidatos foi eleger o maior número de prefeitos e vereadores. “Essa foi uma iniciativa que buscou preparar nossos candidatos e militantes para o debate político e o efeito foi bastante positivo. Afinal conseguimos eleger o maior número de prefeitos e vereadores. Como também atingimos o maior número de votos na legenda.”, comemorou Padilha.

Satisfeito com os resultados e confiante com o crescimento do Partido no Brasil, como pôde ser visto nas eleições municipais de 2008, Padilha acredita que estes cursos poderão ajudar a construir um Plano de Governo para o Brasil, visando às eleições presidenciais de 2010, como também a formação de novos atores na política nacional. Além disso, o presidente atribui o sucesso aos Diretórios Estaduais do PMDB, que trabalham ‘incansavelmente’ para divulgação do EAD.

EAD no Brasil - Curso de Formação Política EAD/FUG

UF	N° municípios	Curso Básico de Formação Política		Curso Preparatório para Candidato	
		N° Turmas	N° Alunos	N° Turmas	N° Alunos
Acre	22	21	629	8	230
Alagoas	102	0	0	0	0
Amapá	16	3	30	12	226
Amazonas	62	23	730	31	655
Bahia	417	141	5.640	52	3.630
Ceará	184	40	800	21	410
Distrito Federal	1	1	30	0	0
Espírito Santo	78	81	3.227	2	100
Goiás	246	154	5.390	16	437
Maranhão	217	1	30	0	0
Mato Grosso	141	239	4.818	1	25
Mato Grosso do Sul	78	101	2.517	80	2.000
Minas Gerais	853	74	2.867	46	1.034
Pará	143	26	590	23	495
Paraíba	223	81	2.015	1	20
Paraná	399	2	50	0	0
Pernambuco	184	0	0	2	45
Piauí	223	0	0	0	0
Rio de Janeiro	92	20	400	7	376
Rio Grande do Norte	167	5	340	0	0
Rio Grande do Sul	496	68	2.192	281	7.206
Rondônia	52	24	1.582	11	430
Roraima	15	23	988	16	400
Santa Catarina	293	135	3.702	58	1.371
São Paulo	645	32	1.027	54	1.462
Sergipe	75	1	15	0	0
Tocantins	139	1	30	1	50
Total	5.563	1.297	39.639	723	20.602

*** Atualizado dia 20 de Outubro de 2008

Desafios - Nem as distâncias e nem as dificuldades regionais afastaram dos alunos e dos dirigentes partidários a vontade de levar tais cursos às suas bases. O estado do Acre, por exemplo, com 22 municípios espalhados em 164.221 km², montou 21 turmas de Formação Política e 08 de Preparação para Candidatos. “Temos municípios em nosso estado que o acesso é feito somente via navegável, mas isso, em nenhum momento, dificultou o envio do material e a formação dos mediadores. Em alguns lugares, o transporte demorava até 15 dias. O que nos motivou foi a vontade de unir nosso Partido, do Oiapoque ao Chui”, justificou o presidente do PMDB(AC), deputado Flaviano Melo.

Exemplo – Letizia Murano é exemplo para os militantes do Partido. Acadêmica do 6º semestre do curso de Letras da UNIDERP(MS), a vereadora eleita pelo PMDB para Câmara de Vereadores de Bela Vista(MS), foi aluna

e mediadora assídua dos dois cursos do EAD oferecidos pela FUG. “Sou fã destas propostas inovadoras do ensino à distância, porque proporcionam acesso ao conhecimento, a conscientização e ao aprendizado dos cidadãos que moram distantes dos grandes centros urbanos”, relata a aluna.

Para ela, os cursos influenciam diretamente na vida das pessoas, pois estas se sentem prestigiadas ao perceber a importância de serem agentes na construção da dinâmica da política e de contribuir para mudanças significativas e urgentes.

Quanto à participação da mulher na política, a vereadora afirma ser mais simbólica do que efetiva, visto que ainda há muito preconceito e resistência. “Existem muitas barreiras. Por isso, é fundamental intensificar ações que influenciem nas políticas públicas em favorecimento das mulheres na ocupação de espaços públicos”, argumentou.

Fundação faz curso para aprimorar gestão pública

A Fundação Ulysses Guimarães lança em novembro o curso de **Gestão Pública** em todo o Brasil, seguindo o modelo de Ensino à Distância de Formação Política e de Preparação de Candidatos a Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores. O debate sobre o tema tem se tornado indispensável, neste momento em que governantes buscam a construção de um Estado eficiente e racional.

Calcado nestas premissas e voltado para a capacitação dos eleitos nos pleitos municipais de 2008 (Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores), o curso oferecido pela FUG visa melhorar e qualificar os gestores públicos para os mandatos de 2009 a 2013. Com isso, a Fundação segue desempenhando seu papel de protagonista na promoção de iniciativas que levam a busca do conhecimento, da aprendizagem e do aperfeiçoamento dos quadros políticos do PMDB.

O presidente da Fundação, deputado Eliseu Padilha, avalia que a iniciativa servirá para que os eleitos tenham consciência da importância do seu papel de legisladores ou de gestores e que a única saída para melhorar a qualidade do serviço prestado pelo estado, via municípios, aos cidadãos será investir no desenvolvimento e capacitação da gestão pública, com técnicas inovadoras de organização e planejamento.

Com a parceria do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), a FUG organizou o curso em três módulos de ensino, que terão suas aulas ministradas por professores

altamente qualificados, com vasta experiência em assessoria municipal e estudos sobre temas vinculados à legislação e à gestão pública municipal. O material didático será composto por livros-textos e vídeo-aulas, nas quais o aluno poderá assistir e conhecer experiências fundamentais à eficiente gestão pública.

O primeiro módulo do curso consiste em apresentar ao legislador e ao gestor público as suas principais funções e desafios, isto é, “noções gerais da administração pública municipal”. Esse módulo é comum a todos os participantes e aborda um conjunto de temas como os desafios atuais da administração municipal; o processo legislativo municipal; a democracia participativa e controle social; o município na organização nacional; a prestação de

serviços públicos; a gestão orçamentária e financeira, além de o controle interno e externo.

Quando concluído este primeiro módulo, os alunos serão divididos em duas turmas, voltadas uma para o legislativo e a outra para o poder executivo. Esses módulos fornecerão elementos de aprendizagem centrados no exercício das atividades desenvolvidas, respectivamente, na Câmara de Vereadores e na Prefeitura. Por isso, as aulas terão um caráter mais instrumental, pois aprofundam aspectos de manejo de informações e habilidades necessárias à prática do cotidiano.

A diretora da Escola Nacional de Serviços Urbanos do IBAM, Tereza Cristina Baratta, aponta essa parceria com a FUG como proporcionadora da execução da capacitação, de uma



Reuniões entre diretores da Fundação Ulysses Guimarães em vários Estados do Brasil, definiram o formato do curso de gestão pública.



Tereza Cristina Baratta, diretora do IBAM, dá detalhes sobre a parceria

COMO A SENHORA VÊ A PARCERIA DO IBAM COM A FUG PARA O CURSO?

A iniciativa da parceria FUG/IBAM tem por objetivo apoiar prefeitos e vereadores eleitos em 2008, bem como seus futuros auxiliares no processo de transição de governo. Queremos unir as vocações das duas instituições e realizar um programa que apóie os novos dirigentes municipais e os incentive a dinamizar mudanças em favor de um serviço público orientado para as necessidades e anseios dos cidadãos.

COMO FOI FEITA A ORGANIZAÇÃO?

O IBAM desenvolveu o conteúdo programático. Organizamos um processo de discussão em oficinas de trabalho, com presença de docentes da Escola Nacional de Serviços Urbanos. Estruturado em três módulos, noções gerais da administração pública, os outros são destinados aos integrantes do executivo e legislativo.

COMO FUNCIONA O TRABALHO DO IBAM COM OS GOVERNOS MUNICIPAIS?

O IBAM vem acumulando capacidade técnica nos diversos campos da administração local e estendido sua ação, aos países dos continentes latino-americano e africano. Atualmente a ação do Instituto dá-se em um marco que visa fortalecer e aprimorar as capacidades locais dos diversos atores criando condições favoráveis para que atuem em três grandes áreas: melhoria da qualidade urbano-ambiental das cidades, modernização das estruturas de gestão municipais e sobre as potencialidades de desenvolvimento local, com foco na inclusão social.

forma mais ampla, com objetivo de apoiar prefeitos e vereadores eleitos, visto que o eixo fundamental do IBAM é o aprimoramento da gestão pública municipal e das relações federativas, como instrumento de democratização da sociedade brasileira.

O curso começará em março de 2009, com abrangência nacional. E o acesso será o mesmo disponibilizado para os cursos em andamento da Fundação. Para outros esclarecimentos, os interessados poderão procurar a FUG Nacional pelos telefones: (61) 3216-9758 ou (51) 3357-1509. Ou pela internet: <http://www.fugpmdb.org.br>

CONHEÇA O IBAM

O IBAM é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, voltada para o fortalecimento do governo municipal, sob a ótica de uma sociedade democrática, cujos objetivos abrangem o estudo, a pesquisa e a busca de solução dos problemas municipais e urbanos, no quadro do desenvolvimento regional e nacional. Além disso, tem a missão de promover o Município como esfera autônoma de Governo, fortalecendo sua capacidade de formular políticas, prestar serviços e fomentar o desenvolvimento local, objetivando uma sociedade democrática e valorizando a cidadania.

Atuação do Movimento Negro

A participação popular torna os cidadãos verdadeiros protagonistas, quando juntos exercem o papel de reivindicação de espaços na busca permanente de suas conquistas. Ao falarmos no ideário democrático, é preciso que tenhamos presente a participação como uma prática de aprofundamento da democracia na direção do conhecimento, da riqueza e do poder político.

O cidadão deve ser um indivíduo ativo, proporcionando o bom debate que deve ser travado entre a sociedade civil e o poder estatal com o objetivo de construir a convergência dos pontos comuns sem que nenhum dos lados perca suas diferenças. Desta forma será mantido o poder de decisão de muitos, cumprindo com a responsabilidade de fiscalizar as políticas públicas tornando-as mais efetivas e essenciais para o desenvolvimento sustentável.

As perspectivas que temos, vão no sentido de que é possível a retomada de bandeiras históricas que são os princípios do movimento social desde seu surgimento, como a participação e a organização popular de setores considerados minoritários de acordo com os resultados obtidos pelos principais organismos de pesquisas para este assunto no país, destes instrumentos citam os seguintes exemplos: o IGBE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o DIEESE (Departamento de Estudos Econômicos e Sociais) e do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada).

Dos novos movimentos sociais podemos citar três que estão tendo destaque especial. O primeiro é o que trata da temática de gênero que, na última década, tem expressado o empoderamento das mulheres em todos os sentidos, principalmente na política. O segundo trata da temática juvenil, identificando os vários tipos de jovens que temos no país e por consequência dessa realidade tem se trabalhado com diagnósticos que apresentam dados precisos para a

Clovis André Silva



Presidente do Movimento Negro PMDB(RS)

elaboração de políticas específicas para esta camada significativa da sociedade. O terceiro trata da temática étnico/racial que vem demonstrando que, sim, nós podemos corrigir distorções históricas e isso pode ser feito por medidas tais como as políticas de ações afirmativas que obtiveram sucesso em sua implementação em todos os lugares que foram desenvolvidos.

O “Movimento Negro” é sem dúvida alguma o mais antigo movimento social do país, isso se deve à organização de negros e negras nos espaços de luta pela liberdade, resistência e preservação de uma cultura, ora denominados como quilombos que se formaram a partir da chegada dos primeiros navios negreiros ao Brasil, em meados de 1554.

“O “Movimento Negro” é sem dúvida alguma o mais antigo movimento social do País”

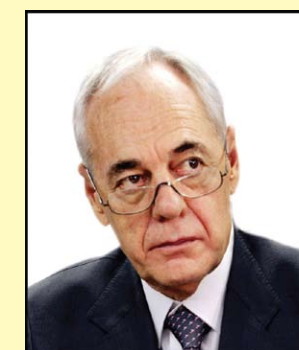
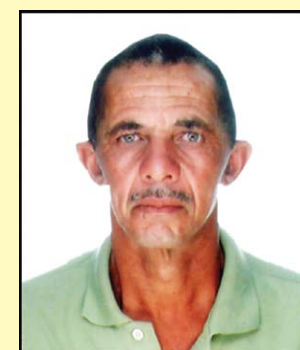
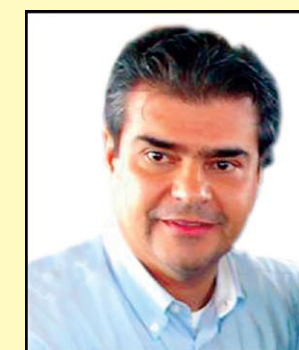
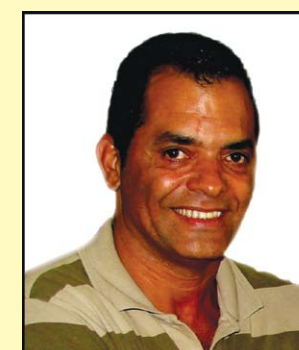
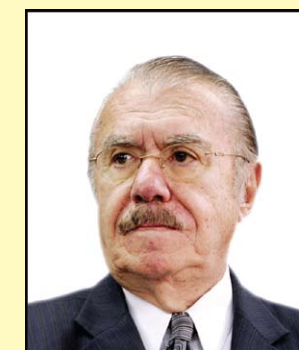
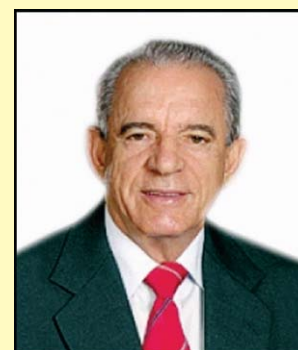
O PMDB foi a agremiação partidária que reacendeu o debate a cerca da temática racial na redemocratização do país no início da década de 70, e também o primeiro a institucionalizar um organismo de caráter deliberativo, no Estado de São Paulo em 1980 pelo então Governador Franco Montoro, criando o Conselho Estadual de Participação da Comunidade Negra, órgão paritário que garante que metade do pleno seja composto por representantes da sociedade civil e outra metade por representantes das secretarias de governo que tenha em suas pastas a presença de políticas sobre a temática étnico/racial.

Em 1988, antes mesmo da publicação da Constituição Cidadã, no Rio Grande do Sul o então governador Pedro Simon criou o CODENE (Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra), em nível federal o Presidente da República José Sarney na época criou, em 22 de agosto do mesmo ano a Fundação Cultural Palmares, um espaço de fomento e preservação da cultura afro-brasileira.

Já somos o maior partido em representação nas esferas de governos, agora caminhamos para sermos o partido da participação popular, isso se deve aos debates dos grandes temas de interesse nacional que vem sendo realizado por meio dos cursos de formação política da Fundação Ulysses Guimarães.

Nossa agremiação através da redefinição de suas bandeiras toma pra si o compromisso da promoção da igualdade racial, da representação das mulheres nos espaços de poder, da preservação do meio ambiente, da formulação de políticas para a juventude, entre outras que garantem uma melhor distribuição de renda para o povo brasileiro, voltando a ser o estuário da demandas populares como nos idos de sua criação sempre buscando uma sociedade mais justa e igualitária.

O PMDB MOSTRA SUA CARA



MOSTRE A SUA TAMBÉM
Participe dos cursos da Fundação Ulysses Guimarães

Democracia e preservação

Eduardo Braga
Governador do Amazonas

A Amazônia é internacionalmente conhecida como “patrimônio natural da humanidade”. Este título confere à Amazônia um status ambíguo, o que tem acarretado discussões acaloradas em torno do tema ao redor do mundo. De um lado, estão aqueles que defendem a interrupção dos processos produtivos da região em nome da manutenção desse patrimônio; de outro, estão os que acreditam que a melhor maneira de conservar esse patrimônio seria conferir recursos para que as populações locais mantenham um modo de vida sustentável, sem agredir a biodiversidade. Essa segunda opção entende que o desenvolvimento da cidadania é o melhor instrumento de defesa da integridade da região. O PMDB corrobora essa visão e acredita que a participação democrática das comunidades tradicionais nos municípios amazônicos fortalece as políticas ambientais e compatibiliza conservação e uso dos recursos amazônicos de forma sustentável.

O PMDB foi o partido que se colocou na linha de frente dos dois mais importantes movimentos sociais ocorridos no Brasil em período recente – a redemocratização e a defesa da Amazônia. O PMDB entende que o debate acerca da preservação da Amazônia não deve se restringir aos ambientalistas e aos desenvolvimentistas. Entende que o importante é criar as condições econômicas que ajudarão a preservação ambiental do



maior patrimônio brasileiro, que é a Amazônia. Nesse sentido, algumas importantes iniciativas foram concretizadas. Em junho do ano passado, o Estado do Amazonas lançou a Lei de Mudanças Climáticas, no Dia Mundial do Meio Ambiente – 5 de junho. Ainda neste ano, institucionalizou o

“**A melhor maneira de conservar o patrimônio é conferir recursos para que as populações locais, mantendo um modo de vida sustentável, sem agredir a biodiversidade**”

Conselho sobre a Amazônia, o qual presido atualmente.

A noção de desenvolvimento sustentável reflete a necessidade de compatibilizar a atividade econômica e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como essencial à sadia qualidade de vida. Esta compatibilidade somente será possível a partir de uma mudança de comportamento que parte da iniciativa da sociedade civil organizada, cuja participação democrática nas políticas públicas fortalecem a elaboração de mecanismos econômico-jurídicos capazes de criar instrumentos legais para a sustentabilidade das cidades.

Foi a partir de uma discussão efetivamente democrática, na melhor tradição peemedebista, que chegamos à formação da Lei e do Conselho. Ouvimos acadêmicos, cientistas, ambientalistas, empresários, trabalhadores, indígenas e, principalmente, o nosso verdadeiro guardião da floresta, que é o caboclo amazonense. Todos envolvidos, de uma forma ou de outra, com a questão ambiental. Descobrimos, a partir daí, que estávamos lidando com um componente econômico, e não com um viés político ou ideológico. Era preciso convencer o nosso homem interiorano que a árvore valeria mais em pé do que derrubada. Esta é a síntese do nosso projeto para a Amazônia: desenvolvimento com respeito à natureza e levando em consideração fatores econômicos, sociais e sustentabilidade.

“**A Bolsa Floresta – modalidade que remunera os habitantes de reservas estaduais pelos serviços ambientais que eles prestam à sociedade**”

Criamos, então, a Fundação Amazonas Sustentável, instituição de direito privado, que administra o Fundo Estadual de Mudanças Climáticas, responsável pelo desenvolvimento de vários programas, entre eles o Bolsa Floresta – modalidade que remunera os habitantes de reservas estaduais pelos serviços ambientais que eles prestam à sociedade. Os habitantes antigos da terra amazônica conservam um expressivo conhecimento da biodiversidade amazônica. Por isso, utilizam de forma responsável seu potencial ecológico.

Vivemos em uma era que não é possível estagnar o desenvolvimento de nações como o Brasil, que não destruíram seus recursos naturais com o processo de industrialização, mas que podem aprender com os erros das nações industrializadas. No entanto, apenas debates e pesquisas não são suficientes. Deve haver ações concretas nas metas e estratégias de desenvolvimento urbano e na promoção de alternativas estabelecidas pelas políticas públicas, as quais devem ser fruto de discussão entre o poder público e a população.

A gestão da biodiversidade amazônica deve ser analisada à guisa da possibilidade de desenvolvimento de biotecnologias que remunerem as populações locais. Esta questão exige a observação sistemática do potencial ecológico amazônico como questão de soberania nacional, pois o poder público precisa estar atento à pressão internacional, que tende a promover a interferência externa. Tendo em vista que a ação do homem é um fator de sustentabilidade, o conhecimento do potencial amazônico é a fator fundamental à construção de uma política democrática e eficiente capaz de pro-

mover o planejamento ambiental e o manejo adequado dos recursos naturais da região.

O PMDB, assumiu a bandeira da sustentabilidade e a preocupação com as gerações futuras. A luta pela redemocratização exemplifica isso. O partido trabalhou para que o país respirasse novos ares e o resultado nós continuamos usufruindo quase três décadas depois. É assim também com a conservação ambiental. Trabalhamos para que nossos filhos e netos tenham orgulho de dizer que o Brasil é detentor da maior área preservada do planeta.

Para entender um pouco melhor o projeto de desenvolvimento que conjuga democracia e preservação do meio-ambiente, vamos recapitular algumas realizações do Governo do Amazonas que permitem vislumbrar as formas como se colocou idéias em práticas efetivas.

Em 2003, deparamo-nos com uma realidade, ao mesmo, tempo triste e desafiadora que exigia planejamento e ação. Com o apoio de parcerias político-partidárias fundamentais, prorrogamos a validade dos incentivos

fiscais para empresas instaladas no nosso pólo industrial até 2023, criamos uma nova Lei de Incentivos Fiscais, muito mais homogênea, e fomos atrás de novas fontes de energia para garantir a atração de investimentos. Como resultado, logramos duplicar, em três anos, a oferta de empregos e atrair novas indústrias.

O Estado cresceu a “taxas chinesas” em todos os anos de nossa administração e estamos a um passo de mudar a nossa matriz energética, passando a contar com o gás natural da província de Urucu, no município de Coari.

A arrecadação cresceu, o salário do funcionalismo melhorou e o crédito nacional e internacional abriu-se de novo, depois de um trabalho árduo de recuperação das finanças públicas.

Foi criada a Zona Franca Verde, projeto de incentivo à produção no interior do Estado, levando em consideração a realidade de cada município e a adoção de culturas sustentáveis. Ao avaliar as culturas que fazem parte da tradição dos povos da região, democratizamos o acesso ao comércio e contribuimos para a preservação ambiental.

Foi essa base e a seriedade com que conduzimos os projetos implantados no Estado que nos permitiram criar credibilidade nos organismos internacionais e atrair para o Amazonas instituições como o Greenpeace, a Conservation Internacional e a WWF, hoje nossos parceiros no desenvolvimento de diversos projetos.

É assim, com planejamento e gestão, que estamos construindo um Estado sustentável em todos os sentidos. Isso, sim, é democracia participativa: uma forma de governar para todos e ouvindo a todos.

A Carta Cidadã e o futuro do Brasil

Nelson Jobim

Ministro da Defesa

O futuro pertence aos que acreditam na beleza dos seus sonhos. Essa frase, de Eleanor Roosevelt, resume o espírito dos 559 constituintes que escreveram a Carta de 1988. Passados vinte anos, o Brasil de hoje se apresenta, no plano externo, como uma potência emergente; e, no plano interno, como uma Nação mais justa, tendo incorporado milhões de famílias – antes relegadas às condições de miséria extrema – a um patamar mínimo de consumo e bem-estar.

Acreditamos que os alicerces deste resgate social foram construídos no processo constituinte, não apenas nos termos incorporados à nossa Constituição Cidadã, expressão cunhada pelo nosso sábio comandante Ulysses Guimarães, mas também nos debates das teses que, mesmo derrotadas, ajudaram o País a definir suas ações prioritárias para o futuro.

Tive a honra de participar desse acontecimento histórico, como líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte. Acredito que essa experiência, e aí incluo também minha participação

como Relator da Revisão Constitucional (de 1993 a 1994), constitui um ensejo para que defenda, mais uma vez, a obra elaborada da Assembléia Nacional Constituinte, ainda hoje objeto de críticas pontuais.

Destaco como ponto culminante dessa obra a consolidação o processo democrático no País, após anos de regime de exceção. Ela surgiu no momento de mudanças de paradigmas internacionais, e refletiu aquele momento histórico, ainda marcado pelos efeitos da Guerra Fria. O texto era estatizante na Ordem Econômica, representando as concepções dos anos 50, que rapidamente caducaram após a queda do Muro de Berlim, um ano após sua aprovação. Mas fortalecia os direitos individuais e o conceito da cidadania.

Por isso devemos olhar com naturalidade as mais de 60 emendas já apostas ao texto original da Constituição. Devemos ver esse processo como uma natural oxigenação de um organismo que se renova. A Constituição e as leis que a regulamentam devem refletir o coração e a mente de nossa sociedade,

uma sociedade que se transforma e se aperfeiçoa com sua própria experiência histórica.

Mas, independentemente dos ajustes feitos e a fazer, devemos realçar que a Constituição de 1988 estabeleceu as bases para o Brasil superar suas crises e aperfeiçoar suas instituições. Graças à Carta, o país enfrentou agudas crises políticas e econômicas sem que se esgarçasse seu tecido social, nem se dinamitassem os espaços de negociação política.

Ao contrário, cada crise serviu como lição para aperfeiçoar ainda mais as instituições, ampliar os espaços de tolerância, onde deviam ser tolerados, e fechar as brechas de negligência que precisavam ser sanadas.

O momento atual, no qual o Brasil enfrenta com serenidade o que está sendo classificado como a mais grave crise financeira internacional desde o *crash* de 1929, é uma mostra desse amadurecimento institucional. A solidez dos fundamentos constitucionais sem dúvida nenhuma contribuiu para o presente cenário otimista do Brasil, se buscarmos uma perspectiva de futuro, além das ondas que se aproximam no curto prazo.

Mas esse momento de festejo dos 20 anos da Constituição Brasileira exige também de nós um aprofundamento do olhar sobre esse horizonte de longo prazo. É serve de alerta para que não nos percamos na comemoração a ponto de esquecer os próximos passos a serem dados.

Os esforços passados nos trouxeram uma relativa solidez econômica, amadurecimento político e redução das disparidades de renda entre as diferentes regiões do País. Mas os passos precisam ser acelerados principalmente para a melhoria da educação, saúde e bem-estar social. Maturidade temos para tal, basta seguirmos o rumo, aglutinando cada vez mais as energias e as forças da sociedade para a consolidação dos objetivos.



1988. Nelson Jobim, ao lado de Ulysses, Lourenço, Inocêncio e Lins



CURSO DE GESTÃO PÚBLICA



A FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES assumiu o desafio de auxiliar os gestores brasileiros a alcançar novos estágios na eficiência da administração. O curso de Gestão Pública terá abrangência nacional, oferecendo desde noções básicas para vereadores, prefeitos e vices recém eleitos e assessores, até às técnicas mais elaboradas e inovadoras de administração para políticos já experientes. É dessa maneira que a FUG pretende contribuir para melhorar a vida de todos os brasileiros!

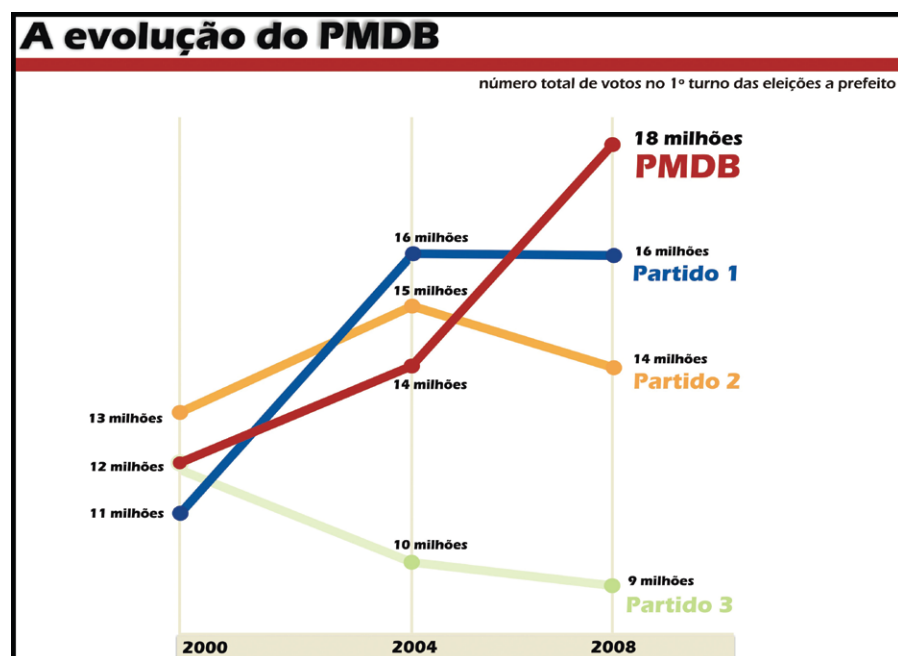
FUNDAÇÃO
ULYSSES
GUIMARÃES **FUG**
NACIONAL

PMDB bate recorde: 18,5 milhões de votos

Serão mais de 1.200 prefeituras administradas por peemedebistas

O PMDB é grande vencedor destas eleições. Foram 18,5 milhões de votos, mais de 1.200 prefeituras conquistadas e cerca de 8,5 mil vereadores eleitos. ‘O trabalho é resultado direto de toda militância e da força da unidade que conquistamos para o PMDB’, comemorou o presidente nacional, deputado Michel Temer.

O planejamento estratégico, a mobilização da militância, o elevado nível dos candidatos, associados aos cursos da Fundação Ulysses Guimarães



foram fundamentais para assegurar as conquistas. ‘Resgatamos valores e conceitos políticos para a nossa militância, que é extremamente sensível às grandes causas nacionais. E isso faz a diferença. Temos um grande partido porque te-

mos militantes de altíssima qualidade. Trabalhando juntos, unidos e focados conquistamos esta vitória. Se continuarmos neste caminho, outras vitórias maiores virão’, analisa o presidente da FUG, Eliseu Padilha.

FUG lança livro sobre Ulysses Guimarães

Para comemorar a passagem dos 20 Anos da promulgação da Constituição Cidadã, a Fundação Ulysses Guimarães lança o livro “Ulysses Guimarães – pessoal – intransferível”, de autoria da Profª Angela Inês Liberatti.

A obra é uma síntese biográfica do menino, jovem, estudante, professor, advogado e político Ulysses. De maneira singular, Liberatti retrata os 45 anos de intensa participação do Sr. Ulysses Guimarães na vida pública brasileira.

Coordenadora do curso de História do Centro Universitário Toledo de Araçatuba/SP e professora dos cursos de Direito, Jornalismo e pós-graduação de Direito, na mesma Instituição, Angela Liberatti foi curadora de todo acervo pessoal de livros e documentos de Ulysses Guimarães.



Fundação premia monografias sobre a Constituição de 88

A FUG premia duas monografias, na categoria universitária, sobre “A Contribuição do PMDB para a Constituição de 1988”.

Serão premiados os trabalhos “A renovação constitucional brasileira: ideal do MDB e do PMDB nas décadas de 1970 e 1980”, de autoria de Fábio Santiago Santa Cruz. E, “O PMDB mineiro e sua contribuição para a Constituição Federal do Brasil de 1988”, de Vicentina da Consolação Ribeiro.

Para o presidente da FUG, deputado Eliseu Padilha, esta foi uma iniciativa inovadora, prestigiando a classe estudantil que pode pesquisar sobre a Carta Cidadã.

PMDB unido lança Temer à Presidência da Câmara



A bancada do PMDB oficializou o lançamento do Presidente Nacional do Partido, Michel Temer, à Presidência da Câmara dos Deputados logo após o primeiro turno das eleições municipais. A reunião registrou presença maciça de 94 deputados, de um total de 96. “É uma reunião histórica, com quorum inédito para escolher nosso candidato a presidente da Câmara”, afirmou o líder do PMDB, deputado Henrique Eduardo Alves.

Temer foi aclamado pelos parlamentares presentes, que ressaltaram em discurso o resultado da eleição como demonstração da força da unidade interna do PMDB. Quatro ministros prestigiaram o encontro: Geddel Vieira Lima (Integração Nacional), Reinhold Stephanes (Agricultura), José Gomes Temporão (Saúde) e Edson Lobão (Minas e Energia). Os líderes do PMDB no Senado, Valdir Raupp, do Governo no Congresso, Roseana Sarney, do Governo no Senado, Romero Jucá, e os senadores Renan Calheiros e José Saney foram ao Plenário da Comissão de Constituição e Justiça e declararam que a prioridade política do partido é eleger Temer para comandar a Câmara a partir de fevereiro de 2009.

O presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), além de vários deputados de outros partidos passaram pela reunião para cumprimentar Temer e prestigiar o PMDB.

Reunida no Congresso, a bancada de deputados federais aclamou Michel Temer candidato à Presidência da Câmara

Belo e rico



FOTOS: OBRITONNEWS

Este é o Rio Grande do Norte

Henrique Eduardo Alves

Líder do PMDB na Câmara dos Deputados

O Rio Grande do Norte é hoje um dos melhores lugares do Brasil para viver, trabalhar e aproveitar a vida. Com 400 quilômetros de litoral pontilhado por mais de 50 praias de areia branca, falésias vermelhas, dezenas de lagoas e rios de águas tranqüilas e cristalinas, o estado tornou-se um dos principais pontos turísticos do Nordeste, que encanta mais de dois milhões de visitantes por ano.

As belezas naturais seduzem brasileiros e estrangeiros que vêm em busca de mar, sol, esportes e diversão

e levaram à implantação de grandes empreendimentos turísticos, gerando renda e emprego nas cidades. Mas o Rio Grande do Norte é muito mais do que isso. Segundo maior produtor nacional de petróleo, o Estado se desenvolve, a economia cresce aceleradamente, os investimentos em infra-estrutura e na área social melhoraram a qualidade de vida nas cidades e no campo.

Natal, a capital, tem quase 800 mil habitantes. É ainda uma cidade tranqüila, com baixos índices de violência, que fazem dela a capital

estadual mais segura do país, segundo pesquisa do IPEA. Conhecida também como a Cidade do Sol ou como Noiva do Sol, por seus 300 dias ensolarados por ano, Natal tem muito



Arquitetura moderna em harmonia com a beleza natural

verde, cerca de 43 metros quadrados por habitante. Lá, respira-se o ar mais puro das Américas e o segundo mais puro do mundo. E quem diz isso não somos nós, potiguares apaixonados e

orgulhosos de nossa terra, é a Nasa, a agência espacial americana.

É claro que quando se fala em Natal, pensa-se logo nas praias paradisíacas, como Ponta Negra, a



O sol permanente, excelentes hotéis e praias exuberantes são garantia de lazer no litoral potiguar



Uma das atrações do Rio Grande do Norte é a mesa farta do sabor regional

mais conhecida e badalada, Praia do Meio, dos Artistas, a Praia do Forte e Jenipabu, para citarmos apenas as principais. Mas a cidade tem muito mais pra se ver e aproveitar.

Tem 319 restaurantes, por exemplo, dos quais 55 são especializados em cozinha internacional e 42 servem comida regional, com delícias típicas como a carne de sol com feijão verde e manteiga de garrafa, paçoca, diversos tipos de peixes, camarões e caranguejo. Mesa farta e a preços que abrem o apetite!

O forte dos Reis Magos, construído pelos portugueses em forma de estrela, é nosso mais importante prédio histórico. Foi ali que o Rio Grande do Norte começou. Vindo de Lisboa para tomar posse da capitania hereditária com 100 léguas de extensão que havia recebido do rei, João de Barros foi hostilizado e impedido de se instalar pelos bravos

índios potiguares. Mais habilidosos que os portugueses, os franceses foram os primeiros europeus a ocupar a região, em 1535. E ali permaneceram por mais de 50 anos: só foram expulsos em 1597, por uma expedição de portugueses e brasileiros, vindos de Pernambuco e da Paraíba, com ordem expressa do rei de Portugal de retomar as terras e fundar uma vila nas margens do rio Potengi.

Para se proteger dos ataques indígenas e evitar uma nova ocupação estrangeira, os portugueses construíram a Fortaleza dos Reis Magos, que recebeu este nome por ter sido iniciada exatamente no dia 6 de janeiro de 1598. Depois de dois anos de lutas, os índios foram pacificados e, no dia 25 de dezembro de 1599, Jerônimo de Albuquerque, comandante da Fortaleza,



Falésias, areias brancas e águas mornas são um convite permanente para os turistas. Há pousadas acolhedoras e tranquilas em todo litoral.



fundou o povoado de Santiago, que mais tarde viria a se chamar Natal, em homenagem à data de sua fundação.

A vila foi ocupada pelos holandeses em 1633, passando a se chamar Nova Amsterdam. Retomada pelos portugueses 20 anos depois, voltou a se chamar Natal. A fortaleza, que até então era de madeira, foi sucessivamente ampliada e reformada, adquirindo sua configuração atual em 1698. Ela está lá, na Praia do Forte.

Mas há outras coisas interessantes para se ver em Natal, como a Igreja de Santo Antonio, também conhecida como Igreja do Galo, datada de 1766, onde se destacam o altar esculpido em cedro e o museu de arte sacra. O Farol Mãe Luiza, na Praia da Areia Preta; o maior cajueiro do mundo, com quase um hectare de área, situado em Pirangi, é um dos nossos pontos turísticos mais visitados. Tem ainda o cabo de São Roque, a coluna capitolina, que já fez parte de um templo romano dedicado a Júpiter, o Teatro Alberto Maranhão, o Palácio da Cultura (antiga sede do Governo Estadual), o Palácio Felipe Camarão (atual sede da Prefeitura), o Solar Bela Vista, a Igreja do Rosário dos Pretos.



Aos mais afeitos à cultura e às artes, Natal reserva também visitas ao Instituto Histórico e Geográfico, à Academia Norte-rio-grandense de Letra e ao Memorial Câmara Cascudo, uma construção de estilo neoclássico datada de 1875 que serviu de sede do Real Erário, na cidade alta, que

homenageia um dos mais importantes intelectuais e homem de letras da nação potiguar, Luiz da Câmara Cascudo. Quem gosta de emoções mais fortes pode fazer os incríveis passeios de buggy pelas dunas de Jenipabu e certamente terá muitas histórias a contar.

Natal é mesmo abençoada por Deus e bonita por natureza. Mas o Rio Grande do Norte tem mais, muito mais. Deixando a capital em direção ao litoral Sul, encontra-se a incomparável Praia da Pipa, conhecida internacionalmente por seus restaurantes sofisticados e as pousadas românticas, a Baía dos Golfinhos e a Lagoa das Guarairas, entre outros paraísos. Ao Norte da capital, na direção do Ceará, estão as praias de areia colorida de Mossoró, a bela visão das salinas que respondem por 95% da produção nacional de sal e outras dezenas de praias, mangues e dunas, que fazem o nosso litoral rico, variado e único.

Nas últimas décadas, o Rio Grande do Norte revelou-se também rico em petróleo e gás natural. Somos hoje o estado brasileiro que produz mais



Nas dunas de Genipabu, os programas prediletos de visitantes de todas as idades: montar em camelos e a emoção dos passeios de jipe.

petróleo em terra (cerca de 100 mil barris/dia), o segundo em produção de óleo, se computada a produção em terra e no mar, e o terceiro maior produtor de gás natural do país. Tais descobertas atraíram investimentos públicos e privados para a exploração e o beneficiamento dessas riquezas e vem carregado milhões de reais em royalties para os municípios. A Universidade Federal e a rede de ensino investem na formação de mão-de-obra especializada para o setor petrolífero e, em breve, começam as obras da refinaria de petróleo da Petrobrás.

O sal, nosso principal produto de exportação há séculos, continua a ser importante para a economia estadual, ao lado da agricultura irrigada, que produz o melão mais doce do planeta, além de manga, abacaxi, mamão e

melancia, da indústria têxtil, da cultura do algodão e da pecuária, que foi introduzida na região pelos holandeses há quase 400 anos.

Esses produtos fizeram do Rio Grande do Norte o campeão de exportações do Nordeste e um dos estados que mais cresce na região. Mas o turismo e o petróleo trouxeram

dinamismo ao desenvolvimento potiguar, aceleraram a geração de novos empregos, a melhoria da renda e abriram novas perspectivas para nosso povo e para todos os brasileiros que desejem usufruir das belezas naturais e fazer parte desse Rio Grande do Norte moderno e pujante que estamos construindo.



Dom Casmurro por ele mesmo

No centenário da morte de Machado de Assis, Dilan Camargo faz fictícia entrevista com o ilustre personagem do escritor, “Dom Casmurro”

– Passados mais de cem anos o Sr. ainda mantém a dúvida se Capitu era inocente ou se ela lhe traiu?

Dom Casmurro – Capitu não era inocente e nem dissimulada. Era mulher. Um ser mais complexo que o universo. Hoje percebo melhor.

– Homens e mulheres estão fadados a não se compreenderem mutuamente?

Dom Casmurro – Fado... destino... sorte... Quando Machado de Assis, meu criador nasceu, em 1839, um tal de Sigmund já estava com seus 17 anos. Esse “alienista” fundou a psicanálise. Ele disse que jamais um homem seria capaz de saber o que se passa na cabeça de uma mulher.

– Seria este um problema insolúvel?

Dom Casmurro – Não se assombre. Machado morreu em 29 de setembro de 1908. Vinte anos antes, já havia nascido um desassossegado poeta, o Pessoa, que se despersonalizou em vários homens, e que mesmo assim mantinha dúvidas sua capacidade de compreensão das mulheres. É preciso amá-las para as entender? Eu tinha 15 anos quando beijei Capitu e não pensava ainda na diferença dos sexos. No segundo milênio, essa dúvida ainda vai atormentar os homens. Aposto.

– Hoje o Sr. já consegue identificar alguma mudança nesse quadro?

Dom Casmurro – Desconfio que os homens de vanguarda que estudam e debatem as questões de gênero estão mais esclarecidos. Falam em um segundo nascimento do homem, não em uma nova identidade.

– Por que o Sr. desconfiava se o menino era realmente seu filho?

Dom Casmurro – Hoje eu deveria saber que a desconfiança sobre a minha paternidade provém de uma insegurança inconsciente que assola os homens, da possibilidade de que não sejam eles os pais dos seus filhos. Quando os homens preencherem essa falha na sua condição masculina serão melhores pais.

– Como eles podem reconciliar-se consigo mesmos?

Dom Casmurro – Vou repetir as palavras do psiquiatra argentino Rodolfo Hamawi: *Nós, os homens, precisamos de auto-reflexão, multiplicar nossas possibilidades de conexão com o mundo, diversificar nossa maneira de ver, potencializar nossa*



sensibilidade. O desmoronamento do modelo machista é mais uma possibilidade do que uma perda”.

– O Sr. como personagem, o que diria nestes cem anos da morte do seu criador, Machado de Assis?

Dom Casmurro – Sou grato ao Machado por ser um dos personagens, junto com Capitu, mais discutidos da história da literatura brasileira. E que estou sempre à espera, nas páginas do livro, para dialogar com os leitores.

O escritor maior do Brasil morreu há 100 anos

Além da vasta obra literária, fundou a Academia Brasileira de Letras

Em 1908, há exatos 100 anos, lia-se no Jornal “O Correio da Manhã”.

Correio da Manhã – Rio de Janeiro, Quarta-feira, 30 de setembro de 1908

Morreu Machado de Assis.

Perde a nossa língua um dos seus mais vigorosos e profundos escritores. Com ele desaparece a mais leve e a mais encantadora das nossas prosas, a mais completa e a mais perfeita das organizações literárias que possuímos. Poeta, romancista, dramaturgo e jornalista, era Machado de Assis o tipo culminante e o mais simpático do nosso mundo de letras. Sua perda é irreparável. Num país como o nosso, já tão pobre de espíritos brilhantes como o seu, esse desaparecimento é mais importante do que parece.

Finda com o Memorial dos Aires o ciclo glorioso da sua obra, livro recente e a cujo sucesso literário ainda ele pôde assistir nas vésperas da morte.

Não mais nos será dado ler novos primores da pena que escreveu Quincas Borba e D. Casmurro. Machado de Assis desaparece e embora cubram-lhe a tumba de flores, e a sua memória da mais profunda saudade, do seu estro só nos restará a lembrança que nos seus livros, no entanto, palpitará sempre luminosa e forte como um sol.

Quem entrasse, às 4 horas, no Garnier havia de ver, invariavelmente, um homem pequeno, franzino, de barba curta e quase branca, sempre numa das cadeiras que correm a fila das brochuras francesas, entre as pernas um indefectível guarda-chuva.

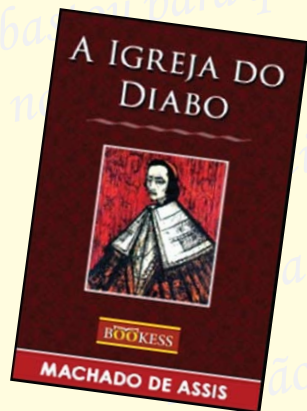
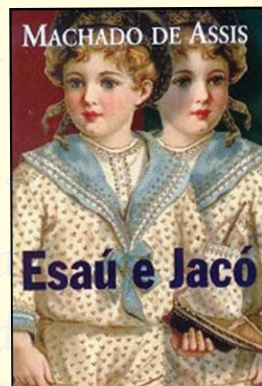


Brasil de luto por Machado de Assis

29/09 – O Brasil perdeu seu mais ilustre homem de letras. Machado de Assis morreu em sua casa, no bairro do Coque Velho, às 13h45. Ele nasceu pobre e foi no seio da pobreza que se criou. A *struggle for life* fez dele o autor de obras-primas como *Dom Casmurro* e *Brás Cubas*. Dotado de um invejável talento, de uma vasta erudição e de um espírito observador, Machado de Assis não tardou a revelar-se o escritor primoroso, cuja morte acaba de trazer dor e luto a todo o país. O fundador e primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras estava deprimido desde a morte da mulher, Carolina, há três anos, e praticamente não saía de casa. Segundo depoimento de amigos, desde a morte da esposa ele não vivia mais, morria aos poucos.



Ilustres nomes das letras brasileiras acompanharam o funeral de Machado de Assis



Tinha um ar cansado, si bem que a filosofia lhe sorrisse todas às vezes que um chapéu se erguesse ou uma mão apertasse a sua, sempre com grande interesse e respeito.

Era Machado de Assis.

Fechada a sua repartição, subia ele Ouvidor acima, caminho do Garnier, àquela mesma hora sempre, com o seu passo rítmico e nervoso de quem vai ao cumprimento de um dever sagrado. Entrava de chapéu na mão, porque todos se descobriam à sua passagem e depois de relancear a vista pelas lombadas dos livros expostos, procurava a sua cadeira e punha-se a folhear uma brochura qualquer, sempre com um grande ar de abstração e tristeza.

Mas iam chegando, lentamente, os grupos, as mãos que se lhe estendiam, as frases que indagavam pela sua saúde, e ele, sempre muito risonho, muito tímido, no meio daqueles homens que o cercavam era como uma criança mimada, querida, bajulada.

Um verdadeiro enternecimento. E velhos e novos, acadêmicos e poetas que surgissem, óculos e cabeleiras, cercavam-no com interesse, com curiosidade ou admiração. De toda a grande nave da livraria, era a figura mais querida, a mais vista e a mais admirada.

Dizia-se – o mestre; olhava-se a sua cabeça branca quando ele se descobria, com veneração, como que a dizer baixinho – aquele foi o que escreveu Brás Cubas...

Estranha e original organização que não pode ter um relevo merecido nestas linhas escritas ao correr da pena. Era um modesto e um generoso. Duas revelações superiores do seu espírito.

Detestava a reclame, a efusão encomiástica da frase dos outros sobre as suas obras; sorria quase dolorosamente quando lhe diziam que era o maior dos nossos homens de letras. Uma modéstia verdadeiramente mórbida.

Não dizia jamais os seus projetos literários, sempre dentro da maior reserva, mesmo para com os seus íntimos. Entregava os originais dos seus livros às escondidas, pedia que nada se dissesse aos jornais e da sua obra só se vinha a saber, quando aparecia na montra das livrarias, e se azafamavam os caixeiros em vender edições que se esgotavam rapidamente.

De uma generosidade absoluta, odiava a polêmica, aceitava a todos, a todos sorria, confundindo no mesmo olhar de simpatia o seu maior amigo e o seu maior inimigo.

Da sua boca raro saía uma palavra má, ou de censura para um homem ou para uma coisa. Verdade que as suas afirmações eram raras e grande, enorme, a sua reserva.

Sente-se isso em toda a sua obra.

Dificilmente afirmava.

Dir-se-ia guardar sempre um julgamento posterior para o julgamento por ele próprio afirmado.

Perguntassem-lhe, por exemplo, sobre a superioridade do poeta A sobre o poeta B, ele dizia:

– A é muito bom, porém muito bom também é B. Ambos são muito bons; daí, talvez, ambos não valham nada...

Dizem que sempre foi assim, Machado de Assis.

A última vez que o vimos e que indagamos pela sua saúde já ferida de morte:

– Mestre, então, vai melhor?

Ele respondeu:

– Não sei. Já me senti muito mal, porém parece que não estou melhor. Dizem os médicos que isso é sem cuidado. Não sei se deva crer nos médicos.

Ainda o mesmo, caminho da morte, com quase setenta anos, com seu eterno temor de nada afirmar, como que se tudo nesta terra não merecesse nem uma certeza nem uma afirmação.

Jornal do Brasil – Rio de Janeiro, Quarta feira, 30 de setembro de 1908

MACHADO DE ASSIS – Este nome recorda uma geração de intelectuais. Do simples tipógrafo e revisor de provas surgiu o homem de letras que se no romance atestou a pujança do seu talento não menos se mostrou distinto como cultor das musas. E tal era a sua superioridade mental, a sua ilustração, a beleza do seu estilo fulgurante que não tardou muito a ser considerado como mestre no meio literário brasileiro. A sua morte foi uma perda nacional. Joaquim Maria Machado de Assis era natural da antiga Província do Rio de Janeiro e nasceu a 21 de Junho de 1839.

Como tipógrafo e revisor, começou o seu labutar pela vida e não tardou que aparecesse na imprensa firmando artigos, críticas e literários, conseguindo desde logo impor-se como jornalista de mérito. Ocupou ainda o cargo de Subdiretor do Diário Oficial e por fim obteve uma colocação na Secretaria da Indústria, da qual era atualmente Diretor Geral.

Cavalheiro e oficial da Ordem da Rosa por merecimentos literários, ocupava o honroso cargo de Presidente da Academia de Letras, onde todos os seus membros o respeitavam como um dos mais reputados escritores brasileiros nestes últimos tempos.

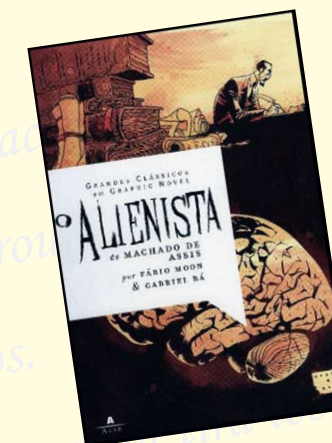
Publicou quatro livros de magníficos versos intitulados Crisálidas, Falenas, Americanos e Ocidentais. No romance é numerosa a sua produção. Basta citar os romances Helena, A Mão e a Luva, Iaiá Garcia, Ressurreição, Quincas Borba, Memórias Póstumas de Brás Cubas, Dom Casmurro, Esaú e Jacó e Memorial de Aires, para que Machado de Assis fosse consagrado em qualquer meio intelectual desenvolvido um grande romancista. No teatro as suas produções não são em número tão avultado, mas nem por isso deixou de revelar aptidões para esse ramo de literatura, principalmente na comédia Não consultes médico, ultimamente representada com extraordinário êxito, no teatro da Exposição.

Machado de Assis poderia ter uma lápide em que se gravassem os seguintes dizeres:

“Nasceu humilde e morreu glorioso”.

Extraído do site:

<http://www.machadodeassis.unesp.br/biografia.php>



É legítimo nosso sistema político?

Esacheu Cipriano
Presidente da FUG(MS)

O atual sistema multipartidário generalizado deu lugar a um verdadeiro desatino em matéria eleitoral que não contribui de forma alguma para a qualidade da representação partidária e Democrática. Há falta de legitimidade no sistema político e por isto mesmo ampla falta de confiança e até mesmo a repulsa de parcela importante da população em relação a muitos detentores de cargos eletivos.

Diria alguém para contrapor a esse ponto de vista que partidos políticos em grande número também permite maior representação de segmentos outros da população, que não estariam sendo representados se houvesse poucos partidos.

Minha réplica é mais contundente. O que vemos hoje é uma verdadeira orgia partidária que não tem lugar em qualquer país que queira viver, de fato, uma Democracia. Muitos candidatos sequer mantêm vínculo ideológico ou programático com os partidos pelos quais disputam eleições.

Os partidos em sua multitude atual (mais de 40) deram lugar não à representação de um pensamento político, programa partidário ou bandeira legítima que expresse a vontade de uma parcela da população. Formam grupelhos para negociar com partidos maiores ou firmar coligações entre si, elegendo pessoas sem representação que não seriam eleitas caso integrassem um partido detentor de efetiva responsabilidade eleitoral. É a vitória do oportunismo.

Muitos desses partidos estão à disposição para locação por alguém que queira pagar o preço de suas campanhas. Assim não tem bandeiras próprias, projetos ou mesmo propostas partidárias a oferecer à população. O vale tudo é pelo voto. E isto precisa ter um fim imediato.

“Os Partidos Políticos precisam criar mecanismos idôneos de seleção interna de seus candidatos”

Em muitos casos são partidos satélites. Os chefes políticos da vez indicam quem vai controlar qual partido e poderá ser candidato. Com isto se opera o enfraquecimento daqueles que podem ser chamados de verdadeiros partidos políticos. As maiores siglas perdem representatividade nos Parlamentos.

Esse tipo de arranjo que se faz em nome da governabilidade, pelos que postulam cargos no Poder Executivo, acaba por suprimir a verdadeira governabilidade anseada pelos eleitores. O eleitor, a sociedade quer que o eleito governe em seu nome e nunca dependente ou cedendo a negociatas com grupos assim eleitos que vão compor cargos do legislativo por vias tortuosas.

Veja o caso de Campo Grande, onde o PMDB na coligação obteve mais de setenta mil votos diretos e elegeu apenas quatro Vereadores. Já os partidos coligados, com pouco mais de trinta mil votos elegeram outros quatro vereadores. Sem contar que em outras coligações na majoritária com o mesmo PMDB

fizeram outros onze vereadores. Ou seja, o PMDB com seus mais de duzentos e oitenta e oito mil votos para Prefeito, que apadrinhou enormidade de partidos na proporcional ficou com quatro Vereadores, contra quinze Vereadores de outras legendas. Em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, o partido que fez o maior número de Prefeituras, vinte e oito, elegeu apenas cento e quarenta e seis vereadores. É um verdadeiro aleijão em termos de representatividade política.

Os Partidos Políticos legitimados pelo voto popular precisam se impor como verdadeiras agremiações partidárias. A partir dos seus programas extraídos dos anseios dos diferentes segmentos que representam. Precisam investir na formação de quadros capacitados e moralmente comprometidos a defender o programa partidário. Precisam de projetos e plataformas para se apresentar junto à população expressando claramente.

É importante a introdução de “cláusulas de existência”, mediante a exigência de percentuais significativos de votos por todos os partidos e a vedação de coligações espúrias. Cada partido precisa ter votos para continuar existindo. Caberá ao eleitor decidir qual partido deve permanecer em atividade ou qual deverá ser excluído do mapa eleitoral. Só assim viveremos verdadeira Democracia.

Os Partidos Políticos precisam criar mecanismos idôneos de seleção interna de seus candidatos e apresentar-se nas eleições com os nomes em listas partidárias. Todos os Candidatos terão a obrigação de defender junto aos eleitores o programa e a plataforma do Partido que representa. E os candidatos serão eleitos pela ordem estabelecida em referidas listas pelos votos atribuídos ao Partido em seu conjunto. A governabilidade emergirá naturalmente do eleitor.



FUNDAÇÃO
ULYSSES
GUIMARÃES FUG
NACIONAL

O conhecimento é
o nosso caminho



**PORTA ABERTA
PARA A DEMOCRACIA**

**FUNDAÇÃO
ULYSSES
GUIMARÃES**

FUG

NACIONAL